



## NOTICIAS INTERNACIONALES AL 31/01/2020

<b>GLOBAL</b> .....	<b>2</b>
PANORAMA DEL MERCADO MUNDIAL EN LA PRÓXIMA DÉCADA .....	2
<b>CHINA</b> .....	<b>4</b>
EFECTO DEL CORONAVIRUS EN EL CONSUMO DE CARNES: “LO QUE ESTÁ SUCEDIENDO NO ES BUENO” .....	4
<b>BRASIL</b> .....	<b>5</b>
CEPEA: RETROCEDEN PRECIOS DE LA HACIENDA Y DE LA CARNE EN ENERO .....	5
CHINA PLANTEA LA RENEGOCIACIÓN DE LOS CONTRATOS .....	5
<i>Afecta la rentabilidad de los frigoríficos</i> .....	6
<i>Agriatto: Porqué los chinos pretenden bajar los precios?</i> .....	7
<i>Negocian nuevas compras a precios más bajos</i> .....	7
<i>Merman los embarques de carne bovina en el curso de enero</i> .....	7
CADENA DE LA CARNE BOVINA RECIBIÓ R\$ 123 MIL MILLONES EN SUBSIDIOS ENTRE 2008/2017 .....	8
AFTOSA; DECISIÓN DE DEJAR DE VACUNAR EM PARANÁ PROVOCA ESCASEZ DE OFERTA .....	8
MAPA PROHIBE USO DE SUSTANCIAS PROMOTORAS DE CRECIMIENTO .....	9
GOBIERNO PROPONE ESTABLECER UM SISTEMA DE AUTOCONTROL EN LA FISCALIZACIÓN DE PRODUCTOS ANIMALES Y VEGETALES .....	9
<b>URUGUAY</b> .....	<b>10</b>
MERCADO DE HACIENDAS GORDAS “EN FORMACIÓN” Y “SIN EQUILIBRIO DE VALORES” .....	10
ATRASO EN PAGOS DE CHINA COMPLICA A LA INDUSTRIA FRIGORÍFICA .....	11
PREOCUPA EL “EFECTO CHINA” SOBRE LA CADENA DE PAGOS .....	11
CHINA POR EL PISO: DEMANDA POR CARNE VACUNA CAYÓ MÁS RÁPIDO DE LO QUE SUBIÓ .....	12
PODRÍA HABER MENOS GANADO EN LOS CORRALES .....	13
FARM MOLESTA CON LAS NACIONES UNIDAS POR SU POSICIÓN SOBRE LA CARNE BOVINA.....	13
SON 20 PLANTAS QUE ESTÁN HABILITADAS PARA ARABIA SAUDITA .....	14
<b>PARAGUAY</b> .....	<b>14</b>
EL PRECIO DEL GANADO ES MAYOR QUE EN BRASIL.....	14
<b>UNIÓN EUROPEA</b> .....	<b>15</b>
BREXIT: FUE FORMALIZADA LA SEPARACIÓN DEL REINO UNIDO .....	15
<i>Medidas adoptadas para proteger al sector pecuario después del BREXIT</i> .....	16
EU CRITICÓ EL ACUERDO ENTRE EE.UU Y CHINA.....	17
ESPAÑA HABILITADO PARA ENTRAR CON CARNES A JAPÓN .....	18
<b>ESTADOS UNIDOS</b> .....	<b>18</b>
ACUERDO CON CHINA: SE SUSCRIBIÓ LA PRIMERA ETAPA – USMEF RECALCA LA IMPORTANCIA PARA EL SECTOR .	18
CORONAVIRUS AFECTA EL MERCADO DE HACIENDA PORCINA Y BOVINA .....	19
ESTADOS UNIDOS PRESIONA A EUROPA POR ACUERDO EN AGRICULTURA.....	19
MÁS EXPORTACIONES CÁRNICAS TRAS LA FIRMA DEL USMCA.....	20
<b>VARIOS</b> .....	<b>21</b>
AUSTRALIA: ANALIZA EL IMPACTO DEL ACUERDO CHINA – EE.UU. ....	21
NUEVA ZELANDA: EXPORTACIONES DE CARNES BOVINAS Y OVINAS ALCANZARON UN RÉCORD.....	23
JAPON: INCREMENTÓ SUS IMPORTACIONES DE CARNES PORCINAS Y BOVINAS DESPUÉS DEL ACUERDO TRANSPACÍFICO .....	24
<b>EMPRESARIAS</b> .....	<b>24</b>
JBS: PRONOSTICAN PICO DE DEMANDA DE CHINA POR CARNE EM 2020 .....	24
JBS FIRMÓ ACUERDO CON GRUPO CHINO POR R\$ 3.000 MILLONES PARA POTENCIAR VENTAS .....	25
JBS INVIERTE PARA AUTOMATIZAR LA TIPIFICACIÓN DE LAS RESES EN PLANTA DE CAMPO GRANDE (BR).....	25
BRF: COMUNICÓ QUE NO CORRESPONDE RENEGOCIAR CONTRATOS CON IMPORTADORES CHINOS .....	25
MARFRIG “SUPRIMIRÁ” FAENAS SI NO CONSIGUE HACIENDA AL PRECIO QUE OFRECE EN EL MERCADO .....	26
CADE INICIA INVESTIGAÇÃO DE CARTEL CONTRA JBS E BRF .....	26



## GLOBAL

### Panorama del mercado mundial en la próxima década

Nos últimos dez anos, houve um crescimento sem precedentes na demanda de proteínas em todo o mundo. O consumo global total de carne aumentou cerca de 2% ao ano, quase metade dos quais provenientes da China. Os participantes da indústria capitalizaram esse crescimento por meio de investimentos em toda a cadeia de valor de proteínas: gigantes de processamento de carne verticalmente integrados através de aquisições de genética, fabricação de alimentos para animais e empresas de produção animal; empresas de saúde animal e nutrição buscaram expansão geográfica e de portfólio; e as startups de laboratório atraíram capital de investimento para a engenharia de cultura de tecidos pioneira e outros novos sistemas de produção animal.

Os próximos dez anos parecerão notavelmente diferentes da década passada. Embora o consumo agregado de proteínas da carne continue aumentando, espera-se que a taxa de crescimento diminua em 50% – para 1,0 a 1,5% ao ano – e o crescimento será concentrado em bolsões discretos.

Essa será uma era marcada por mudanças macroeconômicas, demográficas e de preferência orientadas por nutrição, que certamente apresentarão ameaças e oportunidades para os atuais participantes da indústria. Produtos de substituição de proteínas animais, como proteínas de origem vegetal e carne sintética, estão cada vez mais competindo pela participação no consumo de proteínas em mercados selecionados, estimulados especialmente pelas preocupações dos consumidores com o impacto ambiental da produção animal. Espera-se que os mercados de proteínas adjacentes apresentem oportunidades adicionais. Prevê-se que o consumo global de produtos lácteos cresça cerca de 1,5% ao ano até 2025, acompanhado pelo consumo da África Subsaariana em cerca de 3,0% ao ano.

Os participantes bem-sucedidos no mercado de proteína de carne serão aqueles que ajustarem suas estratégias operacionais e de investimento às mudanças de demanda em andamento, adotarem uma visão regional para informar as decisões nacionais de investimento e desenvolverem capacidades para entender e reagir melhor às mudanças no ambiente competitivo regional .

O que moldará a demanda de proteína da carne

Quatro desenvolvimentos críticos influenciarão a demanda de proteína da carne até 2025 e depois.

1) Nem todos os países convergirão para uma dieta ocidental

Espera-se que o crescimento da população agregada e a renda per capita continuem impulsionando a demanda global por proteínas da carne. Mesmo com o aumento da renda, contudo, diferenças significativas nas preferências alimentares locais levarão a padrões divergentes no consumo de proteínas em todo o mundo. Claramente, a renda importa – a ingestão calórica diária de produtos de origem animal é 50 a 100% maior nos países com renda per capita acima de US \$ 30.000 do que naqueles com renda per capita de US \$ 4.000 a US \$ 20.000.

Ainda assim, o consumo de produtos animais entre países exibiu duas trajetórias distintas. Um conjunto de países – principalmente os mercados anglo-saxões, Argentina, Brasil e China – exibe uma forte preferência pela carne. Por outro lado, a maioria dos países da Ásia-Pacífico, grande parte do Oriente Médio, México e o resto da América Latina mostra uma baixa preferência por carne, com uma maior participação de proteína proveniente de fontes não relacionadas à carne, como leguminosas e frutos do mar (Figura 1).

2) O caminho da Índia será diferente do caminho da China

Enquanto a população da Índia deve superar a da China em 2025, o consumo nacional de carne totalizará menos de 10% da China ao mesmo tempo. A Índia fornece um exemplo claro de por que não se trata apenas de renda: as preferências alimentares também são influenciadas por fatores culturais.

Na Índia, Kerala e Punjab, por exemplo, são estados relativamente prósperos, com renda per capita comparável. Mas enquanto apenas 8% da população de Kerala é vegetariana, quase 80% do indiano de Punjab é vegetariano. De fato, apenas três dos 29 estados viram um declínio no vegetarianismo de 1994 a 2012 de dez pontos percentuais ou mais, e muitos estados têm regulamentos que proíbem o abate ou a venda de gado.

A grande população da Índia e a particularidade das preferências alimentares, no entanto, garantem que o país será um fator não trivial no crescimento do consumo em mercados específicos. Por exemplo, espera-se que a Índia acompanhe apenas a China e os Estados Unidos em sua contribuição para a demanda incremental de aves até 2025, representando 5 a 10% do crescimento do mercado global.

3) China continuará sendo o maior mercado único, apesar da desaceleração do crescimento da demanda. Prevê-se que o crescimento do consumo de carne per capita cresça apenas cerca de 1% ao ano até 2025. À medida que os platôs da população e a proporção de cidadãos em situação de pobreza diminuem, espera-se que a história de proteína animal na China reflita uma leve mudança no mix de produtos, em vez de crescimento sustentado do volume.



Prevê-se ainda que a China represente quase 30% da demanda incremental de carne até 2025, dada a sua enorme população, a alta preferência de seus consumidores por carne e uma desaceleração paralela no crescimento da demanda por proteínas em outros grandes mercados consumidores. A China provavelmente exigirá 250.000 toneladas adicionais de carne bovina importada até 2025 – um aumento de cerca de 40% em comparação com os níveis de 2015. Assim, espera-se que a China continue sendo um mercado de foco competitivo para os principais exportadores de carne bovina em todo o mundo (Figura 2).

#### 4) Vários “pontos quentes” estimularão o crescimento incremental da demanda

Como observado acima, a China é uma parte importante da história de crescimento para todas as categorias de gado, e espera-se que contribua com mais de 20% da demanda incremental de carne bovina e de aves e quase 50% na carne suína e ovina. Alguns bolsões de crescimento são impulsionadas em grande parte por uma preferência cultural – por exemplo, carne de carneiro e cabra no Oriente Médio e na África, ou frutos do mar e proteínas alternativas no sudeste da Ásia.

Os participantes do setor devem permanecer atentos às anomalias de crescimento específicas do mercado. Por exemplo, o Paquistão deve seguir apenas o Brasil, a China e os Estados Unidos como um fator incremental da demanda de carne bovina; a Indonésia, as Filipinas e o Vietnã responderão coletivamente por cerca de 10% da demanda incremental de aves. Prevê-se que a África Subsaariana represente cerca de um quinto da demanda incremental de carne bovina, impulsionada pelo crescimento da população e expansão da renda. Capturar o crescimento de “pontos quentes” exigirá uma saída dos negócios, como de costume, para produtores e processadores de gado (Figura 3).

O que uma curva de custo revela sobre a dinâmica do setor

Como vimos, as mudanças na demanda desempenharão um papel crítico na formação da evolução dos mercados de proteínas animais. O mesmo acontece com as mudanças nas pegadas de produção global e nos padrões comerciais associados, que criarão oportunidades para os participantes da cadeia de valor. A geração de curvas de custo de produção pecuária – como as dos principais exportadores de carne bovina para a Ásia – pode ajudar investidores, gerentes de fazendas e outras empresas a tomar decisões estratégicas que otimizem a eficiência de custos e a produtividade.

De acordo com o Agricultural Commodity Research Engine da McKinsey, uma ferramenta analítica, dinâmica de produção e desenvolvimentos macroeconômicos sustentarão os custos das exportações de carne bovina de diferentes regiões para o leste e sudeste da Ásia (Figura 4).

A importância das compensações de custo-qualidade

Os dois maiores exportadores de carne bovina da região são a Austrália e a Índia. Suas indústrias estão nos dois extremos da curva de custos. A carne de búfalo da Índia, ou “carabeef”, enviada à China e às Filipinas, obtém um preço muito abaixo do da carne a pasto australiana, preferida pelos consumidores no Japão e na Coreia do Sul.

As políticas nacionais e as preferências dos consumidores que favorecem a mudança para carne de qualidade superior provavelmente iniciarão um reequilíbrio comercial em vantagem dos exportadores australianos e neozelandeses, às custas de produtores de baixo custo na outra extremidade da curva de custos.

Atualmente, há pouca diferença nos custos de entrega de carne bovina para a Ásia entre os produtores da América do Norte e do Sul. Os custos com tudo incluído no Brasil, nos Estados Unidos e no Uruguai, por exemplo, variam em menos de US \$ 5 por 100 kg. Mas mesmo mudanças marginais nas taxas de câmbio, tarifas e produtividade podem ter efeitos dramáticos.

Como o crescimento da produtividade afetará a América Latina

Atualmente, a América Latina desfruta de uma forte posição de exportação por causa de taxas de câmbio favoráveis, protegendo efetivamente os produtores de uma produtividade atrasada (por exemplo, ganho médio diário de peso por animal, inferior a 60% dos produtores americanos e canadenses).

Entendendo que taxas de câmbio favoráveis podem não durar para sempre, será fundamental que a competitividade da região se concentre na melhoria da produtividade. Existem vários fatores conflitantes que determinarão isso. Os ventos contrários da deterioração contínua da qualidade das pastagens desafiarão a eficiência da alimentação, juntamente com a ameaça do aumento dos custos de insumos (por exemplo, os custos de mão-de-obra aumentando duas a três vezes mais rapidamente do que nos Estados Unidos). Por outro lado, melhorias na genética do rebanho e a aceleração das indústrias de saúde e nutrição animal podem ser alavancas fundamentais para combater esses efeitos.

O impacto de uma recuperação do preço das commodities

Com os preços em mínimos históricos, uma recuperação para os níveis de 2013 reduziria bastante a competitividade de custos de confinamentos intensivos em grãos. Dobrar os preços do milho aumentaria em 10 a 20% os custos com tudo incluído na Argentina, Canadá e Estados Unidos, prejudicando a competitividade dos EUA com o Brasil e o Uruguai e colocando Argentina e Canadá atrás da Nova Zelândia na curva de custos.

Ajustando-se às mudanças de demanda



Os atores individuais devem reconsiderar se suas estratégias operacionais e de investimento estão alinhadas com as mudanças na demanda em andamento. O ajuste significará mais do que a identificação de parceiros de logística e clientes em novos centros de demanda.

As grandes diferenças na qualidade da produção de carne bovina, nas taxas de câmbio e nos custos de comércio e transporte exigem que as atividades sejam reavaliadas em paralelo. Em toda a cadeia de valor, os vencedores serão aqueles que puderem identificar e garantir o melhor posicionamento da cadeia de suprimentos e eficiência de ativos para capitalizar as oportunidades direcionadas pela demanda.

Focar em perspectivas subnacionais

Uma perspectiva nacional sobre as relações entre oferta e demanda não será suficiente para tomar decisões estratégicas informadas no setor de proteína da carne. As diferenças regionais na eficiência da produção de proteínas animais, infraestrutura de transporte, disponibilidade de alimentos de qualidade e características de qualidade da carne resultam em grandes discrepâncias nos custos totais.

O custo entregue de carne bovina à China, por exemplo, é 15% maior do estado de Queensland em relação a Victoria na Austrália e quase 125% maior no sul em relação ao norte do Brasil. A capacidade de comparar custos, retorno do investimento e recursos em nível subnacional se tornará cada vez mais central para o estabelecimento de vantagens competitivas pelas empresas em relação aos concorrentes.

Construindo recursos analíticos para melhorar a agilidade estratégica

Casar a modelagem de cenários com flexibilidade estratégica é essencial para os tomadores de decisão em toda a cadeia de valor de proteínas da carne. Os últimos meses mostraram o potencial de grandes mudanças na política comercial, incluindo ajustes tarifários bilaterais de ida e volta ou a ameaça de dissolução dos acordos comerciais regionais.

Os custos com ração mostraram-se particularmente voláteis na última década – com os preços globais de milho e soja situando-se em cerca de 50% do pico observado em 2012 – e sujeitos a instabilidade climática. As restrições de recursos, o conhecimento técnico e as preferências do consumidor estão exercendo pressões concorrentes sobre as práticas de produção animal.

Um fator crítico para o sucesso nesse cenário será a construção de recursos analíticos e processos de gerenciamento para entender e reagir à competitividade de custos regionais do suprimento global de carne em tempo real.

O investimento e a inovação em toda a cadeia de valor da proteína da carne devem prosseguir nos próximos anos, à medida que o consumo global de proteína animal aumentar. Os participantes, no entanto, precisarão se ajustar a um novo cenário de demanda, de acordo com os quatro desenvolvimentos descritos. O sucesso também dependerá da capacidade de se casar esse entendimento das tendências, com uma visão de como as cadeias de suprimentos podem mudar.

Esperamos que este artigo contribua para uma maior compreensão da evolução da oferta e demanda de proteínas e incentive os processadores de carne, investidores e outras partes interessadas a refletir sobre seus próximos passos.

*Artigo de Justin Ahmed, consultor no Centro de Conhecimento Norte-Americano da McKinsey em Waltham; Jeffrey Lorch, sócio no escritório de Boston; Liane Ong, parceira associada no escritório de Chicago e Jay Wolfgram; consultor no escritório de Denver.*

## CHINA

### **Efecto del coronavirus en el consumo de carnes: “Lo que está sucediendo no es bueno”**

27/01/2020 El broker de carnes uruguayo radicado en China, Daniel Castiglioni, dijo que “los chinos son muy susceptibles ante estos estados de emergencia y se ponen muy nerviosos”

El brote del coronavirus está alarmando al mundo, especialmente a China y otros países de Asia, y está teniendo impacto en el mercado mundial con perjuicios en varios negocios. Un tema de preocupación es la disminución del consumo y saber qué sucederá con la demanda de carne vacuna china, el principal destino de las exportaciones uruguayas.

El broker de carnes uruguayo radicado en China, Daniel Castiglioni, comentó a Rurales El País que “los chinos son muy susceptibles ante estos estados de emergencia y se ponen muy nerviosos” y ya “hubo cierres de ciudades donde la gente no circula en la calle, parecen ciudades fantasmas”.

Castiglioni dijo que “ha bajado mucho el consumo” desde que despertó el problema, dado que “la gente no quiere salir de la casa”. El broker consideró necesario analizar cómo evoluciona el virus durante los próximos días para conocer con mayor profundidad el impacto en el consumo de productos, por ejemplo la carne.

Y agregó: “Hay que ver cuánto afecta el negocio global, pero queda claro que lo que está sucediendo no es bueno”.



Mercado. Castiglioni contó que en la semana previa al año nuevo chino se contempló una mayor actividad en la importación de carne, sobre todo de “empresarios que buscan adelantarse al año nuevo ya pensando en la demanda que podría despertar después”.

“No hay movimientos gigantescos, si hay cautela. Pero los precios se mantienen fríos y completamente distintos” a los alcanzados en la primera quincena de noviembre, explicó Castiglioni y sumó: “Se vienen semanas donde serán termómetros para el futuro cercano”.

En ese sentido, contó que muchas empresas están haciendo negocios con carne bovina que quedó sin comprador en el agua o en el mismo puerto de China. “Hay empresas que han quebrado y no pudieron levantar la carne, y hay otras que aprovechan estas oportunidades”, señaló.

Canal gris. El surgimiento del coronavirus pone en tela de juicio el ingreso futuro de productos por Hong Kong o Vietnam, ya que un informe oficial indica que el virus tuvo origen en productos de contrabando en un mercado de pescados y mariscos. “Explicaron que el virus se origina en animales y se transmite a los seres humanos, después entre los mismos humanos se va expandiendo”, contó.

Por tanto, entiende fundamental conocer qué posición tomará el gobierno con respecto al canal gris.

## **BRASIL**

### **CEPEA: retroceden precios de la hacienda y de la carne en enero**

This post was last modified on 31 de janeiro de 2020

CEPEA: Arroba e carne apresentam queda nos preços em praticamente todo mês de janeiro

Os preços da arroba do boi gordo e da carne no mercado atacadista estiveram em movimento de queda em praticamente todo o mês de janeiro, segundo pesquisadores do Cepea.

No caso do boi gordo, a oferta de animais para abate esteve baixa ao longo do mês, mas frigoríficos diminuíram o ritmo de aquisição de novos lotes, devido à menor demanda doméstica por carne. Neste caso, ressalta-se que, neste mês, é comum observar enfraquecimento na procura por carne, em decorrência do menor poder de compra da população, diante das despesas extras de janeiro.

Além disso, de acordo com pesquisas do Cepea, o mercado tenta buscar um equilíbrio após as intensas elevações verificadas no encerramento de 2019. Em janeiro (até o dia 29), a média do Indicador do boi gordo CEPEA/B3 está em R\$ 193,25, sendo 8,82% inferior à de dezembro/19, mas 26,9% acima da verificada em janeiro/19, em termos reais (valores foram deflacionados pelo IGP-DI).

27/01/2020 E preço da arroba do boi gordo não reage. A virada na demanda pode vir com o final do mês e com a volta às aulas

O mercado físico do boi gordo abriu a semana com baixa liquidez de negócios e preços da arroba ainda bastante fragilizados, destacam as consultorias do setor pecuário.

A baixa demanda por carne bovina no mercado interno segue como principal limitante das cotações do boi gordo, diz a consultoria Agrifatto. Neste momento, os frigoríficos evitam o acúmulo de estoques.

Segundo levantamento da Scot Consultoria, na última sexta-feira, o preço referencial da arroba do boi gordo em São Paulo caiu R\$ 1, para R\$ 191, à vista. No acumulado do mês, o pecuarista está recebendo R\$ 12 a menos por arroba, destaca a consultoria.

No entanto, com a proximidade da virada do mês, há expectativa de que o fluxo de saída de carne no mercado interno melhore.

Isso porque o período sazonal é mais favorável para compra de proteína animal pela população, devido ao pagamento dos salários e também ao retorno dos alunos às escolas.

“As indústrias podem começar a reabastecer seus estoques, o que pode proporcionar suporte aos preços atuais ou até mesmo reaquecer as cotações da arroba”, destaca a consultoria Agrifatto.

### **China plantea la renegociación de los contratos**

This post was last modified on 21 de janeiro de 2020 12:14

As negociações Brasil e China no setor de carne bovina passam por um soluço. Os importadores chineses não querem mais pagar os preços acertados pela carne e propõem uma renegociação dos valores. Na avaliação deles, os preços estão elevados, os lucros da indústria são grandes e o câmbio permitiria um novo acerto.

Essa renegociação afeta pequenos e grandes frigoríficos, mas os que estão chegando agora ao mercado chinês, devido à ampliação de indústrias habilitadas a exportar para o país asiático no final de 2019, estão com mais dificuldade nessas renegociações.

Muitos deles fizeram empréstimos para as operações de embarque e agora têm dificuldades para receber os valores acertados. Essa mudança de preço proposta pelos importadores ocorre tanto em produtos que ainda estão em navios em direção à China quanto nos que já chegaram ao país.



Na avaliação dos brasileiros, os preços realmente subiram muito, principalmente nos meses finais de 2019. Quem elevou esses valores, porém, foi a própria China.

Ao aumentar as compras de carne em plena entressafra de bois no Brasil, os chineses provocaram uma explosão nos preços do animal no pasto. Os valores chegaram a R\$ 231 por arroba. Agora estão em R\$ 192, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

As indústrias brasileiras pagaram esses valores elevados e a renegociação nos patamares propostos pelos importadores não cobriria os custos do boi e da operação de exportação.

Após um grande frigorífico da América do Sul fazer negócios recentes com os chineses a preços menores, eles querem esse novo valor como parâmetro.

Segundo o dirigente de um sindicato do setor, há um novo contexto preocupante. A oferta de gado no pasto é pequena, os preços do boi vão se manter elevados, próximos de R\$ 190 por arroba, e os valores que a China quer pagar não cobrem os custos da indústria nacional.

Com isso, haverá redução de oferta de carne para os chineses no primeiro semestre. Alguns exportadores estão tentando desviar a carne para o Irã, outro importante comprador do Brasil, mas os negociadores do país persa seguramente vão levar em consideração esse novo cenário.

A China importou um volume de carne sem precedentes no ano passado, devido à peste suína africana no país. Estimativas indicam compras no valor de US\$ 14 bilhões.

### ***Afecta la rentabilidad de los frigoríficos***

This post was last modified on 23 de janeiro de 2020 11:16

Às vésperas do Ano Novo Chinês, os exportadores de carne bovina da América do Sul ainda tentam se refazer da ducha de água fria despejada por Pequim. Devido ao massivo movimento de renegociação dos contratos de exportação ao país asiático, os frigoríficos brasileiros já trabalham com margem negativa nas vendas para seu maior cliente. A esperança é que, após as festividades, o mercado chinês comece a se equilibrar, refletindo um cenário que ainda é de restrição na oferta de carne suína.

Na indústria frigorífica brasileira – em especial as de pequeno e médio porte –, o humor quase não lembra o clima de euforia vivido poucos meses atrás, quando a disparada das cotações da carne bovina parecia não ter fim na China. “Foi uma febre, mas agora veio a conta para pagar”, diz um trader.

Nas vendas à China, o resultado está no vermelho, afirmou o presidente de uma indústria brasileira. No auge, a margem de contribuição chegou a 20%, mas os novos contratos e os renegociados embutem uma margem de 8% a 9%. “No final, dá um resultado líquido negativo”, lamenta a mesma fonte.

O Valor apurou que, desde dezembro, os importadores chineses vêm impondo descontos de pelo menos US\$ 1 mil por tonelada sobre cargas que já estavam no mar e até mesmo nos portos do país. Há relatos de pedidos de US\$ 2,5 mil, deságio significativo.

O dianteiro bovino chegou a ser exportado por US\$ 7,2 mil por tonelada, nível que encontrou resistência nos consumidores chineses. Atualmente, as cotações estão mais perto de US\$ 4,2 mil, preço considerado insuficiente para sustentar o preço do boi gordo, segundo fontes. Em São Paulo, referência para os preços no restante do país, o animal pronto para o abate é negociado a R\$ 192,60 por arroba. “Para um boi de hoje, precisamos de US\$ 4,8 mil a US\$ 5 mil por tonelada [na China]”, calcula um executivo do setor frigorífico.

A avaliação geral é que a disparada dos preços no fim do ano levou a carne bovina a níveis fora da realidade – na China e também no Brasil. Nesse cenário, a demanda demonstrou resistência. Mas esse não foi o único fator. A ação do governo chinês também contribuiu.

Em meios aos esforços do governo para debelar a inflação em um momento crítico – o país sofre com uma epidemia de peste suína africana –, as linhas de crédito para distribuidores do país asiático sofreram restrições para evitar a especulação. Com isso, a carne teve de ser escoada. Muitos também não conseguiram honrar os preços acertados anteriormente, o que levou às renegociações.

Como praxe, a indústria exportadora recebe adiantado 30% do valor da carne. “Mas a desvalorização da carne no mercado chinês foi maior que o pré-pagamento aos frigoríficos”, ressalta um trader. Nesse cenário, o importador prefere não honrar os compromissos. A perda seria maior se os contratos fossem cumpridos. O problema é que, nessa situação, os frigoríficos do Brasil – e também de outros países, como Uruguai e Argentina – ficam sem saída. “O importador bota a faca no pescoço. Fica uma negociação de um lado só”, acrescenta o trader.

Diante da importância crescente dos chineses no comércio de carnes, ninguém quer abrir mão do país asiático, mas há quem defenda uma atuação coordenada para pedir adiantamentos maiores, da ordem de 50%. Uma ponderação é que, passado o Ano Novo Chinês e a ressaca posterior às festividades, a demanda do país retornará – as cotações, no entanto, devem ficar distantes dos melhores momentos.

Para a indústria de carnes, a retomada da China é crucial. Em 2019, os embarques de carne bovina do Brasil para o país asiático renderam US\$ 2,7 bilhões, 35% do total. Incluindo Hong Kong, a fatia supera 40%. Na Argentina e no Uruguai, a dependência ainda é maior, ultrapassando 50% das exportações.

Fonte: Valor Econômico.



### ***Agrifatto: Porqué los chinos pretenden bajar los precios?***

22/01/2020 A analista da Agrifatto, Lygia Pimentel, diz que a investida asiática tem a ver com especulação interna naquele país

A China está renegociando os preços da carne bovina brasileira. É a principal notícia desta quarta 22, depois que o jornal Valor levantou o assunto em reportagem na qual as fontes pediram sigilo.

A ação do gigante asiático, maior comprador do Brasil em 2019, pode afetar o mercado pecuário nacional neste primeiro semestre do ano. “A gente tem relatos de que na Austrália, por exemplo, houve renegociação também”, afirma Lygia Pimentel, analista da Agrifatto. “Isso significa que é uma tentativa do governo chinês de segurar as cotações.”

Lygia aponta que já existia especulação interna no mercado chinês, o que ajudou a impulsionar a intervenção do governo para renegociar os valores contratados. “Os distribuidores chineses de carne já estavam ‘segurando’ o produto para vender mais caro depois”, diz ela.

Vale lembrar que a China sofre uma crise inflacionária devido ao baixíssimo estoque de proteínas animais para a comercialização à sua imensa população por causa da Peste Suína Africana.

“Na contrapartida, olhando o nosso mercado, o País habilitou um monte de plantas na correria para atender o mercado asiático. Os frigoríficos menores acabaram jogando o preço lá em cima nas negociações, para tentar aproveitar este mercado promissor.” De acordo com Lygia, a consequência disso foi um mercado que chegou a R\$ 230 a arroba, quando ninguém queria pagar esse valor. “Foi então que houve essa renegociação, quando muitos contêineres já estavam no porto ou em alto mar.”

A medida chinesa está afetando as ações dos frigoríficos nesta quarta-feira, 22. As ações da Marfrig e JBS tiveram uma desvalorização de 2,02% e de 0,13% respectivamente.

Conforme a analista, a esperança é que após as festividades do ano novo chinês, o mercado asiático comece a se normalizar, por necessidade de reabastecimento dos estoques com fornecedores externos. “Acredito que ao longo do primeiro semestre essa volatilidade grande deve se normalizar, uma vez que o mercado irá encontrar seu equilíbrio no âmbito interno”, afirma.

#### **MERCADO INTERNO**

Devido a antecipação de oferta, com abate dos animais mais leves, as cotações bovinas devem se manter ainda firme nos próximos meses. “A gente já entendeu que o boi de R\$ 230 não consegue ser repassado para o consumidor. A cotação voltou e se ajustou.”, diz. “No entanto, não temos ainda muita oferta de boi aqui dentro.”

A Agrifatto projeta uma arroba na média de R\$ 175 a R\$ 195 para esta safra. Sob pressão, nos últimos dias a arroba negociada em praças paulistas vem se segurando nos R\$ 190.

### ***Negocian nuevas compras a precios más bajos***

27/01/2020 - Los frigoríficos de Brasil ya están negociando nuevos envíos a precios más bajos, “China a los nuevos valores está comprando mucha carne”, señaló Gedeão Pereira, presidente de Farsul.

Al igual que Uruguay, los frigoríficos de Brasil sufrieron la renegociación de contratos y rechazo de contenedores con carne vacuna en China, como consecuencia de la determinación del gobierno de bajar los precios del producto.

El presidente de la Federación de Agricultura de Río Grande Do Sul, Gedeão Pereira, contó a Rurales El País que lo sucedido en Uruguay también pasó en Brasil. “En China hicieron una maniobra para bajar el precio de la carne, parece que no aceptan pagar lo que estaban pagando meses atrás”, contó.

Explicó que algunos importadores están pasando “muchísima dificultad” porque el precio de la carne bovina en China bajó hasta un 30%.

Sin embargo, dijo que “está claro que los chinos van a seguir comiendo carne, y mucha carne, pero están dispuestos a pagar menos”. Y agregó: “Ellos se atropellaron por la gripe porcina y salieron desesperados a comprar, hasta que cruzaron la línea y ahora buscar nivelar el mercado”.

El gremialista contó que los frigoríficos brasileños están bajando los precios de exportación para negociar los nuevos envíos, y con estos nuevos precios los chinos “volvieron a comprar mucha carne”. “No sé hasta qué punto se puede bajar para no afectar a los productores, hay que esperar”, señaló.

### ***Merman los embarques de carne bovina en el curso de enero***

28/01/2020 Saiba o que aconteceu nos primeiros 17 dias úteis de 2020 e como se comportou os embarques de carne ao exterior

As exportações brasileiras de carne bovina in natura referentes aos 17 primeiros dias úteis de janeiro atingiram 92,46 mil toneladas, com receita de US\$ 458,30 milhões, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).



A média diária registrada ficou em 5,44 mil toneladas, um recuo de 23% em relação à média de dezembro/19, mas aumento de 17% frente ao desempenho do mesmo período de 2019, segundo cálculos da Agrifatto.

Na comparação semanal, a média diária das exportações desaceleraram novamente na quarta semana de janeiro, caindo 10,55% em relação à semana anterior.

Ontem, 27 de janeiro, o Indicador do boi gordo Cepea/Esalq (praça São Paulo, valor à vista) fechou em R\$ 190,70/@, com avanço de quase 2% na comparação diária.

### **Cadena de la carne bovina recibió R\$ 123 mil millones en subsidios entre 2008/2017**

ESTADÃO CONTEÚDO 30/01/2020

Segundo estudo, subsídios representaram quase 80% da arrecadação de impostos entre os anos de 2008 e 2017

A cadeia produtiva de carne bovina no Brasil recebeu R\$ 123 bilhões em subsídios entre os anos de 2008 e 2017, ou R\$ 12,3 bilhões por ano, para uma arrecadação anual pouca coisa maior, de R\$ 15,1 bilhões. Assim, os subsídios representaram quase 80% da arrecadação de impostos no período em questão.

A isenção compreende impostos como PIS/Pasep, Cofins, imposto de renda, Funrural e Pronaf, entre outros, tanto estaduais quanto federais, além de incentivos, anistias e perdões de dívidas. Além disso, 9,7% do preço de cada quilo de carne foi subsidiado no período.

Por segmentos dentro da cadeia produtiva, tem-se que a bovinocultura foi contemplada com 51% do total das renúncias fiscais; a indústria e o varejo com 41,6% e a produção de insumos para a cadeia, com 7,4%. E que PIS/Cofins corresponderam a 46,8% das renúncias, ICMS a 28,6% e IR, Funrural e ITR, juntos, a 25% entre 2008 e 2017. Esses números constam do estudo “Do pasto ao prato: subsídios e pegada ambiental da carne bovina”, feito pelo Instituto Escolhas.

Revista DBO impressa e digital e todo o conteúdo do Portal por R\$3 no 1º mês

<http://www.portaldbo.com.br>

Emissão de carbono

O estudo também demonstrou que a pegada ambiental do setor, medida em emissão de dióxido de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e), alcançou a média de 78 quilos de CO<sub>2</sub>e em cada quilo de carne bovina, considerando todas as regiões do País entre 2008 e 2017.

A pegada de carbono, explica o estudo, representa a quantidade de emissões e remoções de gases do efeito estufa (GEE) para determinada atividade, no caso, a produção de carne bovina.

“O estudo contabilizou as emissões do rebanho e as emissões da fração das áreas desmatadas convertida em pastos nas regiões da Amazônia Legal e do Matopiba”, informa o Instituto Escolhas, no documento.

“Também foram contabilizadas as emissões e as remoções em pastos, além de estimadas as emissões ao longo da cadeia logística até o consumidor e as emissões do processamento da carne. Para pastos manejados, foram estimadas as emissões na produção e aplicação de ureia.

A maior pegada de carbono do País está na região do Matopiba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), com média de 183 quilos de CO<sub>2</sub>e por quilo de carne bovina. Na Amazônia Legal, a média é de 145 quilos de CO<sub>2</sub>e por quilo de carne bovina. No restante dos Estados, a pegada média de carbono é de 23 quilos de CO<sub>2</sub>e por quilo de carne bovina produzida.

Segundo o estudo, a ampla diferença da pegada de carbono entre Matopiba, Amazônia Legal e outras regiões demonstra o impacto do desmatamento e da ocupação do Cerrado nas duas primeiras regiões do País, com transformação de áreas nativas em áreas de pasto.

O estudo também mediu a pegada hídrica na produção de carne bovina, ou seja, quantos litros de água foram necessários para se produzir um quilo da proteína. No caso, 64 litros de água para cada quilo, entre os anos de 2008 e 2017.

Em nota sobre o estudo, o Instituto Escolhas questiona, a partir dos resultados, se o montante de dinheiro público destinado ao setor tem sido aplicado de forma eficiente, se estimula o aumento da produtividade e se os subsídios concedidos influenciam no aumento dos impactos ambientais, como o desmatamento, ou de que forma podem auxiliar na mitigação desses impactos.

O diretor executivo do Instituto Escolhas, Sergio Leitão, também destaca a necessidade de discutir a sustentabilidade do setor. “Os resultados do estudo mostram que o País tem que discutir seriamente a viabilidade de continuar mantendo uma parcela dos produtores brasileiros, que possivelmente se mantêm ativos por serem subsidiados pelos governos estaduais e federal e que não teriam condições de competir em condições normais de mercado em razão da sua ineficiência.”

### **AFTOSA; decisión de dejar de vacunar em Paraná provoca escasez de oferta**

22/01/2020 Frigoríficos locais também reclamam de saída irregular de bovinos para outros Estados

Os frigoríficos do Paraná reclamam que passaram a registrar maior dificuldade em encontrar animais prontos para abate depois da decisão governamental, em novembro último, que eliminou o uso da vacina





contra a febre aftosa no Estado. O rebanho total do estado, segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, é de 9,2 milhões de animais, com

Em nota, o presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Paraná (Sindicarne-PR), Péricles Salazar, reclamou da falta de animais suficientes para “atender ao mercado local de carne bovina” e também à “demanda para exportação”.

Segundo ele, com o fim da vacinação, a indústria de carne bovina paranaense passou a depender quase que exclusivamente da produção local de bois gordos para o abate.

Além disso, alerta Salazar, “há uma saída muito elevada de animais para abate do Paraná para outros Estados, adquiridos por compradores “que colocam na documentação fiscal que se tratam de bezerras para engorda e não de animais terminados”. Com isso, continua o Salazar, eles “pagam preços menores e quase não recolhem impostos”.

“O resultado é que essa saída irregular, que gira em torno de 50 mil animais anualmente, é que está provocando escassez de animais na oferta local”, ressaltou o Sindicarne.

Ainda de acordo com o sindicato, antes do fim da vacinação, ingressavam anualmente no Paraná mais de 100 mil animais para engorda ou abate.

Segundo Salazar, o Sindicarne já entrou em contato com a Secretaria da Agricultura e com a Secretaria de Fazenda, solicitando a criação de uma pauta fiscal para que as saídas sejam efetivamente fiscalizadas pelo governo. “O Estado está perdendo receita de impostos e os frigoríficos estão sendo muito prejudicados”, argumenta Salazar.

Além do Paraná, que pleiteia o status de área livre da doença sem vacinação (a Organização Mundial de Saúde Animal precisa dar esse aval), Santa Catarina é o único Estado que não vacina mais o rebanho bovino contra a aftosa.

### **Mapa proíbe uso de substâncias promotoras de crescimento**

PORTAL DBO 23/01/2020 Antimicrobianos são utilizados na promoção de crescimento. Entre as proibições estão a lincomicina e a tiamulina

A importação, a fabricação, a comercialização e o uso de aditivos melhoradores de desempenho que contenham os antimicrobianos tilosina, lincomicina e tiamulina, classificados como importantes na medicina humana, estão proibidos em todo território nacional brasileiro. A determinação está na Instrução Normativa (IN) nº 1, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 23 de janeiro.

“A proibição proposta é uma medida de prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos, que é um dos maiores desafios para a saúde pública da atualidade, com importante impacto na saúde humana e dos animais, e de aumento da supervisão veterinária para o uso das substâncias, que continuarão autorizadas como produtos de uso veterinário para tratamento, prevenção e controle de enfermidades dos animais”, explica José Ricardo Lôbo, coordenador-geral de Medicamentos Veterinários.

Segundo o Ministério, a medida atende as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o posicionamento Tripartite OMS/OIE/FAO, de que “há urgência e prioridade para a proibição pelos países do uso de antimicrobianos importantes na medicina humana para a promoção de crescimento.”

Com a determinação do Mapa, ficam cancelados os registros destes aditivos destinados à alimentação animal. Os estabelecimentos importadores ou fabricantes detentores deverão recolher os estoques remanescentes no comércio no prazo de 90 dias, contado a partir de hoje (23).

Ainda conforme a nota, as empresas detentoras dos registros devem comunicar ao ministério, no prazo de 30 dias, o número e data de fabricação do último lote importado ou fabricado, bem como o quantitativo remanescente em estoque. A comunicação deverá ser feita por e-mail para [cpv.dsa@agricultura.gov.br](mailto:cpv.dsa@agricultura.gov.br).

“O produto em estoque ou aquele proveniente de recolhimento do mercado poderá ser reprocessado para fins de exportação ou adequação como produto veterinário com fins terapêuticos, desde que previamente autorizado pelo Mapa”, informa a instituição.

Os estabelecimentos interessados na fabricação exclusiva para exportação que contenham as substâncias antimicrobianas tilosina, lincomicina e tiamulina poderão ser autorizados pelo Mapa, mediante prévia solicitação.

### **Gobierno propone establecer un sistema de autocontrol en la fiscalización de productos animales y vegetales**

O Ministério da Agricultura prepara uma medida provisória para estabelecer a fiscalização por autocontrole de produtos de origem animal e vegetal, fertilizantes, medicamentos veterinários, ração, sementes e insumos em geral. O objetivo é tornar obrigatória a implantação de programas de autocontrole, mais amplos do que os sistemas de controle de qualidade já exigidos.

O Valor obteve acesso à minuta da proposta, que está sendo discutida com o setor privado. Uma das novidades é a criação de um programa de incentivos para estimular mais transparência e fluxo de informações das empresas. A ideia é que, por meio de um sistema de rating de adesão voluntária, as melhores classificadas recebam um “atendimento prioritário” do Ministério da Agricultura. Em troca, as



companhias terão de oferecer mais detalhes do que no autocontrole padrão, como disponibilizar as análises de controle de qualidade à fiscalização.

A proposta tem potencial para gerar polêmica. Em tese, empresas com maior poder de investimentos poderiam sair na frente em processos como o de habilitação para exportação – esse já é um tema que gera discórdia, como o conflito entre os frigoríficos que queriam ser habilitados pela China, no ano passado, escancarou.

Além do atendimento prioritário em habilitações, as companhias bem classificadas no sistema “Agrocontrole” terão ritos simplificados na emissão de certificados e aprovações regulatórias, indica uma apresentação feita na semana passada pela Secretaria de Defesa Agropecuária, na 4ª reunião do Comitê Técnico Permanente de Programas de Autocontrole.

Meta da ministra Tereza Cristina, a fiscalização por autocontrole é discutida desde abril do ano passado por esse comitê, formado pelo governo e entidades do setor produtivo e industrial. O ministério ainda avalia o melhor momento para publicar a medida provisória ou até se vai optar por transformá-lo em projeto de lei para análise do Congresso.

Com o autocontrole, as companhias serão obrigadas a atender critérios mínimos, ampliando as responsabilidades do setor privado. Na indústria de carne, por exemplo, o controle de temperatura nas câmaras frigoríficas poderá ser de responsabilidade das empresas, e não mais do Estado, explicou uma fonte do setor.

Mas a regulação detalhada ainda não foi definida. Prazos e requisitos específicos para cada segmento virão depois, em normas complementares, para dar tempo à adequação. A implantação do programa também poderá ser auditada por certificadora.

“O ministério não vai sair da inspeção e fiscalização, o poder de polícia continua”, explica José Guilherme Leal, secretário de Defesa Agropecuária do ministério. Segundo ele, a ideia de ampliar autocontrole é aumentar a confiança entre setor privado e setor público.

“Posso, de acordo com o risco estabelecido, ter uma abordagem de fiscalização diferenciada. Se é uma empresa que implantou o autocontrole, fornece as informações e eu verifico que as análises e monitoramentos estão de acordo, posso espaçar as minhas verificações físicas, porque tenho outra forma de verificação”, acrescentou Leal.

O objetivo é ter informações em tempo real para um monitoramento cada vez mais remoto. “A tendência é que não tenha, com o tempo, tanta autuação. Isso vai ser mais no foco onde tem os problemas”, avaliou o secretário. Com a “responsabilização maior” das empresas, ele aposta na redução de erros e na transformação da “mão” do Estado na fiscalização, com mais inteligência e análise de históricos de dados. Para isso, será preciso desenvolver uma plataforma complexa para recebimento e processamento de dados, além de mecanismos para detectar riscos e emitir alertas para a necessidade de fiscalizações in loco das empresas. O sistema deve ser parecido com o da Receita Federal. O custo total é próximo a R\$ 15 milhões. Parte do valor será custeado com os recursos de um convênio assinado pelo Ministério da Agricultura com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID).

Para o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), a proposta é positiva, mas ignora as limitações de pessoal, orçamento e de tecnologia necessários para dar esse salto no sistema de fiscalização.

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2018 apontou que o sistema de tecnologia da informação do Ministério da Agricultura é enquadrado como inicial, abaixo da média da Esplanada, que é intermediário. O documento diz que a Pasta tem problemas como sistemas meramente cadastrais, tecnologia obsoleta e erros nas funcionalidades. “A gente não vê o ministério preparado para isso”, afirmou o diretor de Política Profissional do sindicato dos fiscais, Antônio Andrade.

A presença permanente de fiscais nos estabelecimentos de abate, no entanto, deve ser mantida. Os auditores continuarão responsáveis pelas inspeções “ante e postmortem” dos animais. Com isso, o ministério reforça que não haverá impacto nas relações internacionais. Sensível, o tema gera expectativas nos importadores de carnes. O Valor apurou que o simples início das discussões, ainda no ano passado, motivou um pedido de informações dos Estados Unidos sobre as mudanças que o Brasil estaria propondo.

“Para a inspeção, não tem nenhum impacto que venha a comprometer [o acesso ao mercado internacional] e o que temos de reconhecimento do nosso serviço no mercado”, defendeu Leal.

## **URUGUAY**

### **Mercado de haciendas gordas “en formación” y “sin equilibrio de valores”**

28/01/2020 - Continúa la disparidad entre plantas, pero cada vez es menor, dijo el Presidente de la ACG. Camión cargado de vacunos en Salto. Foto Ariel Colmegna, Archivo El País.



El mercado de haciendas gordas continúa, desde hace varias semanas, en “formación” y la diferencia de precios entre plantas se ajusta cada vez más, mientras la “oferta de cabezas prontas sigue siendo escasa”.

El presidente de la Asociación de Consignatarios de Ganado (ACG), José Aicardi, contó a Rurales El País que en el mercado “hay poca oferta” y “mucha cautela” a la hora de cerrar negocios, donde comenzando el año la industria “reabrió a cartón lleno y generó mucha atracción”; sin embargo el precio “se busca formar” y al momento “no hemos llegado a un equilibrio de valores”.

De acuerdo a la planilla de precios de la ACG de ganados negociados la semana pasada, el valor promedio del novillo se ubicó en US\$ 3,70 en cuarta balanza, una baja de US\$ 0,4 frente a la semana anterior. Mientras los novillos especiales de exportación cotizan US\$ 3,85 (- 6).

La cotización media de la vaca también bajó, lo hizo en el orden de US\$ 0,5, y se posicionó en US\$ 3,42. Las mejores vacas, especiales y pesadas, logran una referencia de US\$ 3,56 el kilo al gancho (- 11). La vaquillona promedió US\$ 3,60 (- 8) y se valora en punta en US\$ 3,72 (- 8).

Aicardi explicó que la diferencia de precios entre plantas se ha ido ajustando semana a semana. Contó que en el arranque del año 2020 algunas empresas que estaban procesando ganado de viejos negocios ofrecían US\$ 3,50 y US\$ 3,60, mientras otras plantas que debían cumplir con compromisos, como la venta a Israel, arrancaron a procesar en US\$ 4. “Algunas industrias están inflexibles en ese nuevo valor, pero está quedando claro dónde tiene que estar el mercado”, sumó.

El Presidente de la ACG reiteró que “no hay oferta” de ganado, pero el equilibrio de las precipitaciones está favoreciendo a la preparación de los animales, lo que indica que “la zafra va a estar”.

### **Atraso en pagos de China complica a la industria frigorífica**

17/01/2020 - Renegocian contratos y buscan parar precios altos.

La industria frigorífica uruguaya continúa sufriendo el atraso en los pagos de China. La intención de los importadores chinos de realizar quitas significativas en los precios de las ventas pactadas desde principios de noviembre, compromete varias decenas de millones de dólares en negocios pactados.

Según publicó esta semana Faxcarne, Uruguay es el país más expuesto a lo que sucede en China, dado que tiene el 100% de su industria habilitada para exportar directo a ese mercado, a diferencia de otros abastecedores de la región.

Como pagaba mucho más que los otros potenciales destinos, cuatro de cada cinco kilos se destinaban a China.

Los exportadores habían comprado ganado caro y enfrentan ahora un proceso de renegociación de sus ventas que ensombrece aún más un negocio que ya estaba con los números sumamente apretados, si no en rojo, explica Faxcarne.

“Estamos hablando de pérdidas millonarias”, aseguró a Informe Tardáguila un industrial. El pico de demanda y de precios en China se dio a principios de noviembre, durante la feria de exportadores e importadores en Shanghái, donde los precios de la tonelada explotaron y el precio del ganado comenzó a llegar a niveles récord.

Fue entonces que el gobierno chino adoptó tres salidas: abrir el canal gris de Hong Kong y Vietnam (donde entra la carne ilegal), liberar carne de cerdo en stock y cortar el crédito a las empresas importadoras.

El freno de la demanda fue inmediato, según el análisis de Faxcarne. Los importadores chinos, comprados caro, presionan fuertemente para renegociar con quitas de precios que según los cortes, van de 20% a 30%. Para las menudencias y subproductos se habla de quitas de 20% y 25%, en el caso de empresas que siguen operando. Por otro lado, otras empresas se declararon en bancarrota, por lo que directamente no van a pagar. En estos casos, el contenedor llega a destino y no tiene quién lo levante.

Los potenciales interesados proponen quitas de 40% y 45% en el precio pactado. Desde la semana que comenzó el 10 de noviembre hasta fin de año hay unas 46.000 toneladas de productos cárnicos llegando o en viaje a China. Son 35.000 toneladas de carne por US\$ 192 millones y 11.000 toneladas de menudencias y subproductos por US\$ 20,5 millones.

### **Preocupa el “efecto China” sobre la cadena de pagos**

29/01/2020 - Renegocian contratos, bajan precios y deben mucha carne.

Los importadores chinos mantienen atrasos en los pagos con los frigoríficos uruguayos y la demanda de carne desde ese país no se ha reactivado después de haber llegado a precios históricos previo al Año Nuevo Lunar.

China bajó 30% los precios de la carne que importó y desde el Instituto Nacional de Carnes (INAC) se estima que hay entre 33.000 y 35.000 toneladas peso carcasa por renegociar, pese a que los contratos ya estaban cerrados. Incluso hay embarques abandonados. Se deben renegociar entre US\$ 43 millones y US\$ 45 millones, estiman los frigoríficos.



Más allá de la pérdida, los importadores chinos están con atrasos en los pagos de entre cuatro y cinco semanas.

“Nos preocupa mucho el efecto que pueda tener esta situación en la cadena de pago y en la situación financiera de los frigoríficos uruguayos, si es que se traslada y si hay posibilidades de que eso pase. Hay que estar alerta”, dijo a El País el delegado de Cooperativas Agrarias Federadas (CAF) en la Junta Directiva del Instituto Nacional de Carnes (INAC), Jorge Slavica.

“Esta situación algún efecto va a traer, no será gratis”, advirtió. En los hechos, ya hizo bajar el precio del ganado y la faena, que apenas está superando las 30.000 reses semanales, mientras los frigoríficos intentan readecuar los precios del ganado gordo a la nueva realidad del mercado.

“Que caiga más el precio del ganado no va a depender sólo de China, dependerá del clima y de la oferta -entre otras cosas-, la demanda desde China se retomará”, sostuvo Slavica. Mientras tanto se prevé que los frigoríficos continúen con una faena baja (ver nota aparte).

“Hay coincidencia total en que China aumentará sus importaciones de carnes respecto al año pasado, no a las tasas de 50%-60%, pero las aumentará. Seguirá siendo el principal importador de carne bovina del mundo, marcando las pautas del comercio y los precios en el mundo”, afirmó Lautaro Pérez, gerente de Marketing del INAC, a su regreso de la misión a China, donde se reunió con importadores y operadores, para tomarle el pulso al mercado, tras el desmoronamiento de ese destino.

“Cuando los precios se duplican o triplican, el consumo se retrae. Eso pasó desde fines de noviembre en adelante, cuando el consumo aumenta por el invierno y fin de año. Esa retracción enlenteció las ventas en el mercado chino. Las plantas de procesamiento, mayoristas y supermercados, empezaron a tener mayor lentitud en sus ventas”, dijo el gerente de Marketing de INAC. “Todo eso dificultó vender, cobrar y hacer frente a las importaciones”, explicó.

A esta situación, se sumó que en el último trimestre de 2019 China importó 528.000 toneladas de carne bovina (peso embarque). Al cierre de 2019 en total importó 1,66 millones de toneladas, fue 60% más que el año anterior, informó Pérez.

La oferta creciente y la demanda retraída, hizo colapsar en China el sistema de cadena de frío y el sistema comercial. “Eso es lo que llevó, en parte, a la abrupta caída de precios (-30%)”, señaló el ejecutivo del INAC.

Que China digiera los stocks de carne que tiene en sus manos llevará meses y la industria frigorífica uruguaya estima que el mercado se podría estar reactivando en marzo.

“Tuvimos una reunión en CAF para ver cómo podía repercutir. Algunas de las cooperativas socias tienen departamento ganadero. Quedamos muy conformes con la celeridad con la que el gobierno manejó la situación. Se movió rápido y el envío de Lautaro (Pérez) a China le dio un manto de objetividad”, dijo Slavica.

### **China por el piso: demanda por carne vacuna cayó más rápido de lo que subió**

22/01/2020 - Cambio se debe a medida del gobierno.

Como suele suceder cuando se dan escaladas meteóricas como las que ocurrieron en los precios de importación de China entre mayo y noviembre pasado, la burbuja se pincha y el castillo de naipes se cae. Pero en algún momento va a volver, más tarde o más temprano, porque el faltante de proteína animal en China seguirá jugando un papel relevante en el mercado internacional por varios meses más.

Este radical cambio de tendencia tuvo su base en una decisión del gobierno chino que tomó medidas para reducir los precios de importación que estaban impactando fuertemente en el ritmo de inflación de la canasta de alimentos. En noviembre el precio de los alimentos en China subió 19% anual -con una inflación que no llega al 4%- y Beijing decidió tomar tres medidas: cortó el crédito a las empresas importadoras, abrió el canal gris para que ingrese el producto de contrabando desde Hong Kong y Vietnam, y anunció cuantiosas ventas de carne en stock, fundamentalmente porcina pero también vacuna. En diciembre, la inflación de la canasta de alimentos ya bajó al 17% anual.

Antes, China había habilitado la importación de carnes de todo tipo en una muy importante cantidad de países, de manera de elevar la oferta. El impacto en las exportaciones de Brasil fue tremendo; al más que duplicar la cantidad de plantas habilitadas, duplicó el volumen de carne que mensualmente estaba exportando a China, al pasar de unas 40 mil toneladas a más de 80 mil.

La semana pasada, con el acuerdo de Fase 1 firmado con Estados Unidos, China quitó el límite de edad de los animales de ese país cuya carne podía ser importada, que era de 30 meses. Esto permite la exportación de carne magra, procedente en buena medida de las vacas de descarte. Además, flexibilizó las restricciones a la importación de carne de animales tratados con hormonas y promotores del crecimiento.

Ahora bien, hay algo que no va a cambiar y es que China, fiebre porcina mediante, precisa importar cuantiosos volúmenes de proteína animal para hacer frente a sus requerimientos. Tendrá que volver a participar de manera más activa en el mercado. La pregunta es cuándo.



De acuerdo a la consultora china Meat International Group (MIG), los volúmenes de carne vacuna que ingresaron a China entre noviembre y el corriente mes de enero están siendo muy importantes. Son las compras realizadas entre setiembre y noviembre, muchas de ellas en proceso de renegociación de precios por la fuerte caída de las referencias en las últimas semanas.

MIG dice que en febrero la llegada de carne vacuna a los puertos chinos caerá y en marzo lo hará aún más, posiblemente a la mitad de lo que estará ingresando en enero. Lo que llegue en marzo son las órdenes de compra de diciembre y enero, cuando la demanda y los precios ya habían bajado. Los importadores en ese momento estarán comprando la carne que llegará a China entre junio y julio. Para entonces, con seguridad la sobre oferta que llegó entre fines de 2019 y principios de 2020 ya habrá sido, en buena medida, consumida. Podría ser ese el momento en el que el mercado comience a hacer pie, con una demanda que empiece a participar de forma más activa y con un mercado más firme.

Pero hay una cosa que parece clara: los importadores ya saben que el gobierno maneja un límite que no se puede pasar. Los precios no volverán a ser la locura que fueron en noviembre pasado. Eso, trasladado al mercado interno de la hacienda gorda, significa que aquellas referencias de US\$ 4,30 el kilo carcasa de los novillos, o incluso más, quedarán en el recuerdo y no volverán.

En base a este contexto, podría pensarse en referencias de precios para el novillo en 2020 en el entorno de US\$ 3,50 a US\$ 3,80 el kilo carcasa. Seguirán siendo buenos valores, aunque hayan dejado los US\$ 4 atrás.

### **Podría haber menos ganado en los corrales**

27/01/2020 - Hoy los negocios de la cuota tienen una cierta continuidad.

Los corrales de engorde están mirando para adelante con incertidumbre y podrían producir menor volumen de ganado en este año.

Por un lado, el precio de los alimentos ya no está en los mismos valores que el año pasado a esta altura, sino que quedó por encima. A su vez, las empresas dedicadas al engorde de ganado a corral no saben qué pasará con los valores de la reposición en este nuevo escenario de precios y ante la suba de los alimentos.

“Lo que vemos este año es que para los agricultores, si los precios del ganado no se mantienen o bajan mucho, puede ser más atractivo volcar el grano al mercado y no convertirlo en carne y eso se puede traducir a una merma de los animales que tienen encerrados”, explicó Álvaro Ferrés, presidente de la Asociación Uruguaya de Producción de Carne Intensiva Natural (Aupcin). La institución está integrada por un grupo de empresas agropecuarias ubicadas en distintas zonas del Uruguay, que se especializaron en la producción de carne de alta calidad, originada por ganados Hereford, Angus y cruza, en sistemas intensivos de engorde.

La principal preocupación es que cada vez se achican más las ventanas de carga de la carne con destino a la cuota 481, el contingente de alta calidad para ganado terminado a granos en los últimos 100 días previo a la faena. Esas ventanas de carga se están acortando en tres semanas y a la vez, hay incertidumbre en los mercados no cuota. Todo eso hace predecir, que si bien las empresas pensaban encerrar más ganado, todo puede cambiar.

Nuevo Escenario. Para la ventana de carga febrero-marzo, los precios de los ganados ya estaban negociados desde el año pasado. Mirando para adelante, en el nuevo escenario, “la industria está manifestando interés. Ya están empezando a pasar nuevos precios y los valores son similares a los que se pagaron en la ventana anterior (febrero-marzo) para los ganados de cuota”, dijo Ferrés.

Las empresas vendieron en agosto-noviembre de 2019 a valores por debajo del mercado, porque subió por encima de la cuota, impulsado por la demanda inusual de China.

“Ahora el negocio de la cuota tiene una cierta continuidad en cuanto a demanda y precio”, explicó el presidente de Aupcin. “Se achican las ventanas de carga y se dificulta encerrar los ganados para que cumplan los días y puedan salir dentro de la cuota”, dijo Ferrés.

### **FARM molesta con las Naciones Unidas por su posición sobre la carne bovina**

29/01/2020 - Aseguran que el ganado bovino no es responsable del cambio climático atribuido a las emisiones de CO2.

La Federación de Asociaciones Rurales del Mercosur (FARM) manifestó por medio de un comunicado la “total desaprobación” al polémico tweet que lanzó las Naciones Unidas desde la cuenta ONU\_es. La Organización Mundial expresó en la red social: “Comer menos carne ayuda a ahorrar agua y reduce las emisiones de gases de efecto invernadero, que causan el calentamiento global”. Para la FARM la publicación es “tendenciosa y carece de fundamentación científica”.

Considera que “desde distintas organizaciones no gubernamentales y con poca base científica, se ha acusado a la ganadería y agricultura por su contribución en la emisión de gases efecto invernadero (GEI). Una visión parcializada y muchas veces sesgada que es necesario revertir”.



Actualmente “existe suficiente evidencia científica para afirmar que el sector rural es capaz de generar crédito de carbono, el cual es ignorado en los inventarios. Más aún, se acusa a la ganadería por sus emisiones de GEI sin detenerse a evaluar el secuestro por parte de las pasturas, monte nativo, y pastizales, todos integrantes del ecosistema ganadero pastoril”. Por lo tanto, la gremial del Mercosur considera que “es posible demostrar que los ecosistemas agrícolas ganaderos son capaces de lograr un balance positivo en lo que refiere a revertir la emisión de GEI”.

Además explican que los países integrantes del Mercosur son netamente agropecuarios, con un sistema de producción sostenible, donde esta actividad a nivel mundial en promedio no supera el 14% del total de las emisiones, contra el 85% que representan los combustibles, industrias y las ciudades.

“Nuestros países dependen de la producción de alimentos a través de sus ecosistemas naturales. Defender los mismos implica defender nuestras economías y el bienestar de nuestros conciudadanos, derechos legítimos como productores de alimentos naturales, inocuos y mediante métodos de producción sustentables en armonía con el medio ambiente”, señala la gremial en su comunicado.

Por último, la Federación de Asociaciones Rurales del Mercosur insta a los organismos internacionales y en particular a las Naciones Unidas “a actuar con mesura y prudencia, y ser cauta para viralizar informaciones no validadas científicamente. Considerando que los 11 países más desarrollados participan en el total del mundo de emisiones CO2 con el 65,47% (Calculado sobre tablas EDGARD, de la JRC-EC) con el 4,37% de existencia de bovinos, y los demás países, entre los cuales están los países integrantes del Mercosur, participan con el 34,53 %, con el 95,63% de la población bovina. El aporte del CO2 del sector ganadero no supera el 14% de las emisiones en todo el planeta”.

### **Son 20 plantas que están habilitadas para ARABIA SAUDITA**

15/01/2020 - Se podrán sumar nuevas empresas en los próximos días.

El director de la División Industria Animal del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, Gustavo Rossi, dijo a Agronegocios Sarandí que Uruguay tiene 20 plantas frigoríficas habilitadas para exportar carne bovina y ovina a Arabia Saudita.

Los frigoríficos quedaron habilitados a partir del pasado 26 de diciembre de 2019. Son 12 empresas que faenan bovinos y ovinos y otras 8 dedicadas a la faena de ovinos.

Según dijo Rossi, está pendiente la habilitación de otras dos plantas dedicadas a la faena de bovinos, que habían tenido observaciones a levantar, la documentación ya fue enviada a Arabia y posiblemente sean habilitadas en los próximos días.

El jerarca del MGAP también recordó que el certificado que acompaña los embarques había sido acordado en octubre de 2019 ente ambos países y no excluye el hueso, ni las menudencias. “Esto es algo muy importante, porque estamos acostumbrados a exportar carne, sobre todo bovina, desosada y madurada”, destacó Rossi.

Con religión musulmana, Arabia Saudita existe rito Halal para las faenas de los animales cuya carne será destinada a ese mercado. La faena ritual fue auditada durante la visita de una delegación de Arabia Saudita que llegó a Uruguay.

Esas faenas serán certificadas por el Centro Islámico Uruguayo, organismo certificado por Arabia Saudita.

“A nivel oficial nos limitamos a la certificación desde el punto de vista higiénico y sanitario, pero ese día la faena tiene que ser únicamente bajo el rito Halal”, explicó Rossi.

El responsable de la División Industria Animal del MGAP confirmó que hay varios mercados que compran carne uruguaya de animales faenados con ese rito (para la comunidad musulmana), incluyendo cortes que se destinan a China, que tiene esa certificación privada. A su vez, informó que la habilitación de otros países árabes depende de la exigencia desde el punto de vista ritual que tenga cada país, explicó Rossi.

En ese sentido, señaló que existen países musulmanes que tienen altos estándares de certificación y en ese caso, es necesario tener un mayor grado de cumplimiento de los protocolos religiosos.

Respecto a otros mercados, dijo que se está trabajando para la apertura de Vietnam. “Estamos cumpliendo con el llenado de unos cuestionarios adicionales, una vez que se cumpla esa etapa estaríamos en el último paso”, dijo Rossi.

## **PARAGUAY**

### **El precio del ganado es mayor que en Brasil**

28 DE ENERO DE 2020 - 01:00

La cotización del novillo de exportación en nuestro país, que se mantiene estable en US\$ 2,90 por kilogramo, ya es superior al precio de la misma categoría en Brasil, donde se encuentra en US\$ 2,87 por kilogramo, acorde con el último informe de la Comisión de Carne de la Asociación Rural del Paraguay (ARP). A su vez, en Uruguay, el novillo gordo está en US\$ 3,73 por kilogramo, y en la Argentina, en US\$ 2,78 por kilogramo. Es importante señalar que la actual cotización del novillo en nuestro país constituye una recuperación importante, considerando que meses atrás había descendido hasta US\$ 2,60.



También se debe recordar que en el mes de diciembre pasado, el precio del novillo en Brasil estuvo en US\$ 3,30 por kilogramo, razón por la cual surgió la propuesta de un sector de los productores de exportar ganado en pie para faena al vecino país.

La semana pasada se inició el primer periodo de vacunación contra la fiebre aftosa del presente año, que se extenderá hasta el 28 de febrero y, paralelamente, también se inmunizará contra la brucelosis bovina, con el registro para ambos casos, que se extenderá hasta el 13 de marzo del corriente, según informó el Senacsa.

## **UNIÓN EUROPEA**

### **BREXIT: Fue formalizada la separación del REINO UNIDO**

The Council has adopted, by written procedure, the decision on the conclusion of the withdrawal agreement on behalf of the EU. This follows the European Parliament's vote of consent on 29 January and the signature of the withdrawal agreement by the EU and the United Kingdom on 24 January.

The withdrawal agreement will enter into force upon the UK's exit from the EU, on 31 January 2020 at midnight CET. From that time on, the UK will no longer be an EU member state and will be considered as a third country.

The withdrawal agreement ensures an orderly withdrawal of the United Kingdom from the Union. It covers citizens' rights, the financial settlement, a transition period, protocols on Ireland/Northern Ireland, Cyprus and Gibraltar, governance and other separation issues.

#### **Transition period**

The entry into force of the withdrawal agreement marks the end of the period under Article 50 TEU and the start of a transition period until 31 December 2020. This transition period, foreseen in the withdrawal agreement, aims to provide more time for citizens and businesses to adapt.

During the transition period, the UK will continue to apply Union law but it will no longer be represented in the EU institutions. The transition period can be extended once for a period of up to one or two years, if both sides agree to this before 1 July 2020.

The negotiations on the future partnership between the EU and the UK will start once the UK has left the EU. The framework for this future relationship was set out in the political declaration agreed by both sides in October 2019.

#### **Background**

On 23 June 2016, UK citizens voted to leave the EU. On 29 March 2017, the UK formally notified the European Council of its intention to leave the EU. On 17 October 2019, the European Council (Article 50) endorsed the withdrawal agreement as agreed by the negotiators of both sides. It also endorsed the revised political declaration on the framework of the future EU-UK relationship.

29/01/2020 The Withdrawal Agreement was approved by the European Parliament on Wednesday evening by 621 votes in favour, 49 against and 13 abstentions.

In a debate with the Croatian State Secretary for European Affairs Nikolina Brnjac on behalf of the Presidency of the Council, Commission President Ursula von der Leyen, and the EU's Chief Negotiator Michel Barnier, Parliament took stock of the withdrawal process so far and the challenges ahead.

Commenting on the historic importance of the vote, most speakers on behalf of the political groups highlighted that the UK's withdrawal will not be the end of the road for the EU-UK relationship and that the ties that bind the peoples of Europe are strong and will remain in place. They also mentioned that there are lessons to be learnt from Brexit that should shape the future of the EU and thanked the UK and its MEPs for their contribution throughout the UK's membership. Many speakers warned that the negotiations on the future relationship between the EU and the UK are going to be difficult, especially taking into account the timeframe provided in the Withdrawal Agreement.

#### **Parliament will have its say on future relationship with UK**

Parliament's UK coordination group, led by Foreign Affairs Committee Chair David McAllister (EPP, DE), will liaise with the EU Task Force for Relations with the United Kingdom and coordinate with the Foreign Affairs Committee and International Trade Committee and all other competent committees. The EP will follow closely the work of the EU negotiator Michel Barnier and continue to influence the negotiations through resolutions. The final agreement will need the approval of the Parliament as a whole.

#### **Quote**

After the historic vote, President Sassoli said that: "It deeply saddens me to think that we have come to this point. Fifty years of integration cannot easily be dissolved. We will all have to work hard to build a new relationship, always focusing on the interests and protection of citizens' rights. It will not be simple. There will be difficult situations that will test our future relationship. We knew this from the start of Brexit. I am sure, however, that we will be able to overcome any differences and always find common ground".

#### **Next steps**



To enter into force, the Withdrawal Agreement will now be put to a final vote by qualified majority in the Council.

The transition period starting on 1 February is set to expire at the end of December 2020. Any agreement on the future EU-UK relationship will have to be fully concluded before that point if it is to come into force on 1 January 2021.

The transition period can be extended once for one to two years, but the decision to do so must be taken by the EU-UK Joint Committee before 1 July.

Parliament will have to approve any future relationship agreement. If such an agreement refers to competences that the EU shares with member states, then national parliaments will also need to ratify it.

**Background**

The vote in Parliament's plenary session took place after the completion of the ratification process in the UK and the positive recommendation by the Constitutional Affairs Committee. Part Two of the Withdrawal Agreement protects EU citizens in the UK and UK citizens in other EU countries, as well as their families. According to its provisions, all social security rights under EU law will be maintained and citizens' rights will be guaranteed throughout their lifetime, and relevant administrative procedures have to be transparent, smooth and streamlined. The implementation and application of these terms will be overseen by an independent authority, which will have powers equivalent to those of the European Commission.

### ***Medidas adoptadas para proteger al sector pecuario después del BREXIT***

31 January 2020 In this podcast, ffinlo Costain sits down with Sam Hall, the Director of the Conservative Environment Network (CEN), to discuss the network's plans for the UK's food production, agricultural land use and the environmental opportunities arising from Brexit.

Though the UK Conservative Party's goal for the past three years has been delivering Brexit, it has also been developing policies that will be enacted after the UK leaves the EU. Regulations governing trade, immigration and environmental standards need to be determined by the UK instead of using existing EU frameworks.

One organisation assisting the UK's policy development is the Conservative Environment Network, led by Sam Hall. Hall has worked closely with former Defra Secretary Michael Gove to develop policies that take concrete actions to address climate change and set the UK on the path to net zero carbon emissions. Though political conservatism and environmental preservation are usually cast as opposing goals, Hall tells Farmgate host ffinlo Costain that environmentalism is gaining traction among Tories.

What is the Conservative Environment Network (CEN)?

When introducing listeners to CEN, Hall simply states that it's an organisation for politically active Conservatives who are lobbying to protect the UK's natural environment. When creating CEN, Hall wanted to create a network of "green" Conservatives who can serve in parliament and in government. The network is building political influence – the parliamentary caucus has 60 members who are committed to environmental principles like wildlife conservation, maintaining air quality and combatting climate change.

CEN is moving into the policy arena as well. In addition to lobbying for environmental issues in the House of Commons, CEN has made benchmarking and binding targets for greenhouse gas emissions the new legislative standard. Hall's goals for the caucus are to deliver short- and near-term policy on achieving net zero carbon emissions. He also wants to pass a sweeping Defra bill after Brexit.

The network is also monitoring the developments in the UK's post-Brexit trade relationships. In Hall's view, the fear that the UK will weaken its environmental standards to pass free trade deals is overstated. Since the government has submitted legislation (the Agriculture Bill, the Environment Bill and the recent amendment to the Climate Change Act), they are unlikely to go back on their environmental promises.

Hall also believes that since public support for environmentalism is so strong, maintaining standards would be an easy win for the current government. He tells Costain that there would be a huge political (and possibly electoral) price to pay from the public and NGOs if standards are lowered – there's little chance of backsliding.

**The Tory relationship with climate change**

Looking back on the Tory's views of climate change and environmentalism, it's easy to see significant changes from the 1980s to the present era. Since the party was closely aligned with market deregulation and promoting business, few Tory politicians supported climate change activism. That trend has changed since the 2017 election. No one in today's mainstream Conservative party engages in climate change denial and there is a broad consensus that the UK is in the midst of a climate emergency. So, when did this shift occur?

According to Hall, the party's views on climate change have evolved, but the change in messaging has some foreshadowing. He points to Margaret Thatcher's address to the UN General Assembly on climate change in 1989 as an example. However, he feels that the recent pivot to new environmental and agricultural policy has its roots in the 2017 election.





Many political pundits noted that the climate change issue resonated with younger voters – a cohort the Conservatives desperately need to court to remain politically relevant. Hall also told Costain that the role of cabinet ministers like Michael Gove shouldn't be underestimated.

While at Defra, Michael Gove was known for consulting with different experts while creating environmental policy. The Agriculture Bill and Environment Bill, key pieces of legislation that safeguard the UK's environment, were developed during his tenure.

Theresa Villiers, the current Defra Secretary, submitted these bills to the House of Commons without removing the frameworks that make them impactful. The legislation still contains legally binding targets for air quality, water quality and resource use. In Hall's opinion, these bills will allow businesses to forecast long-term while protecting the UK's natural resources.

How will conservative parties outside the UK react?

When Costain asked Hall whether the Conservative Party's pivot to climate change action could influence other Western governments, Hall was tentatively positive. "I'd like to think we can," he began. In his view, the difficulty for conservative parties in the United States and Australia is the prevalence of climate change denial. In those countries, climate change has become a cultural issue – left-leaning parties want to tackle in the policy arena while right-leaning parties view climate action as either misplaced or outside the government's remit.

The UK is a case study where climate change has been decoupled from political identity and culture. This could be partially explained by the issue becoming more salient to all UK voters since the 2017 election. However, Hall has a different explanation. He believes that the pivot towards climate activism was successful because the Tories could demonstrate that the government could reduce carbon emissions while maintaining the economic status quo. Hall tells Costain that the right-wing rejection of climate science seen in other nations can be attributed to fear of left-wing economic systems. The Tories were able to show that climate action and capitalism could be pursued simultaneously.

The post-Brexit opportunities for British farming

In Hall's opinion, leaving the Common Agricultural Policy (CAP) is the biggest opportunity for Britain's agriculture sector after Brexit. In his mind, the CAP has stifled some elements of farm productivity and innovation. The programme also carried environmental drawbacks – there was an incentive for British farmers to maintain the status quo and not make improvements on greenhouse gas emissions.

When Costain mentioned the EU's stewardship scheme and Rural Development Programme, Hall was dismissive. Hall believes that though the CAP had these stewardship schemes, they weren't successful – uptake from farmers was low and the outcomes didn't dazzle policymakers.

CEN's argument is that by forgoing the CAP, the UK can replace it with the Agriculture Bill. Since the Bill places environmental stewardship as the core goal of agriculture and has binding emissions targets, Hall believes it will be a better safeguard for the environment going forward. It will also provide new funding for sustainable farming.

Though this sounds promising in theory, as of publication, the Agriculture Bill and Environment Bill have not been ratified and implemented. The UK still has an 11-month transition period after the 31 January Brexit date; the UK's climate promises may be subject to revision.

## **EU criticó el Acuerdo entre EE.UU y CHINA**

his post was last modified on 20 de janeiro de 2020 A União Europeia (UE) quer se certificar de que o acordo comercial firmado nesta semana entre EUA e China não viola as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), afirmou ontem o comissário de Comércio do bloco, Phil Hogan. A UE está preocupada com a promessa chinesa de aumentar as compras de bens e serviços dos EUA em US\$ 200 bilhões nos próximos dois anos.

"Não analisamos o documento em detalhes, mas o faremos. E, se houver um problema de conformidade com a OMC, é claro que agiremos", disse Hogan.

Em discurso preparado para um evento no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, em Washington, o comissário europeu criticou o acordo comercial EUA-China por oferecer benefícios econômicos limitados e sugeriu que trata-se mais de um ato político de Donald Trump para sua campanha de reeleição em novembro.

"Vamos analisar os detalhes do que isso [o acordo] realmente conseguiu: ainda temos tarifas de 20% de ambos os lados. Isso não será bom para a competitividade ou o emprego, que é um objetivo desejado do presidente Trump ", disse Hogan. "No curto prazo, pode funcionar entre agora e novembro... [como] político, eu entendo como isso funciona."

Em sua primeira visita a Washington como comissário da UE, Hogan foi direto em dizer que a agenda de "America First" de Trump ajudou a criar "um momento de crise de alta pressão no sistema de comércio internacional". Ele instou o governo americano a trabalhar com a UE para defender o livre comércio.



“Se fizermos isso da maneira certa, trabalhando juntos, os benefícios mútuos poderão ser significativos”, disse Hogan. “Mas, se não o fizermos, o dano será significativo, não só para nós [UE e EUA], mas para o mundo.”

Ele afirmou que quer evitar uma deterioração dos laços comerciais transatlânticos, que vêm se desgastando há meses como resultado de inúmeras divergências, que vão de subsídios a aeronaves a tarifas agrícolas.

## **ESPAÑA habilitado para entrar con carnes a JAPÓN**

16/01/2020 - Irán cortes bovinos, ovinos y caprinos, además de vísceras.

Las autoridades sanitarias de Japón abrieron el mercado para la carne vacuna y ovina de España, al tiempo que la Unión Europea tiene en marcha un Tratado de Libre Comercio con el país del sol naciente, mediante el que se irán reduciendo lentamente los aranceles.

Están autorizados 17 frigoríficos dedicados a la carne bovina y 12 dedicados al ovino, según publicó el portal Eurocarne.

Japón es el segundo mayor importador mundial de carnes y entre los productos españoles autorizados, además de la carne, están los despojos vacunos, ovinos y caprinos, incluidos los estómagos e intestinos frescos (están excluidos los productos cárnicos y tripas), siempre obtenidas de animales nacidos y criados en España o importados de un país autorizado por Japón, cumpliendo con los requisitos de la legislación nipona. Para el caso de los bovinos, la carne debe provenir de animales menores de 30 meses, buscando protegerse de la encefalopatía espongiforme bovina o mal de la vaca loca.

Eurocarne publicó que ni bien se conoció la noticia, desde la organización interprofesional del vacuno de carne, conocida como Provacuno, se mostró la satisfacción por este logro y recuerdan el trabajo hecho con la Administración para conseguirlo.

“Este nuevo mercado es una excelente noticia para nuestro sector del vacuno de carne. La exportación al país nipón va a permitir a nuestras empresas autorizadas el trato comercial inmediato con los compradores japoneses”, aseguró Provacuno a través de un comunicado .

Las carnes exportadas por la industria española deberán competir con las producidas por Australia y Nueva Zelanda, pero además con las exportadas por Uruguay a ese mercado. De todos modos, las carnes españolas llevan una ventaja, porque en su caso, la habilitación incluye también menudencias, materia prima que Uruguay no tiene autorizado, al igual que la carne ovina. Provacuno confía en que el producto español se ajusta a la demanda japonesa, ya que se trata de carnes producidas a base de cereales y oleaginosas, procedentes de animales menores de 30 meses, que garantizan jugosidad, ternura y un excelente sabor.

Siguiendo con sus acciones promocionales y más ahora que el mercado está abierto, Provacuno participará en Foodex 2020, la feria agroalimentaria de referencia en Japón y acudirá con empresas españolas del sector. Es una de las ferias referentes de la alimentación en el Pacífico.

## **ESTADOS UNIDOS**

### **Acuerdo con CHINA: se suscribió la primera etapa – USMEF recalca la importancia para el sector**

TheCattleSite News Desk 16 January 2020

US - In an effort to ease tensions between their two countries, President Donald Trump and Chinese Vice Premier Liu He yesterday signed the first phase of a trade agreement. At the time of the signing, the deal's text had not yet been published.

However, according to the White House, China has agreed to "structural reforms" on trading, currency, and intellectual property rules and practices. The country will also reportedly increase its purchases of American goods and services by at least \$200 billion over the next two years, which includes \$40-50 billion worth of agricultural products. Though China has confirmed that it will increase its agricultural purchases, it has not publicly committed to a specific dollar amount, nor has it indicated which products it plans to buy.

The progress comes as a relief to National Farmers Union (NFU), which has consistently expressed concern about the consequences of President Trump's antagonistic trade policy for American farmers and ranchers. But because the terms of the deal are still largely unclear, the organisation continues to be apprehensive about its implications for agriculture and China's trade practices.

In a statement, NFU President Roger Johnson conveyed cautious optimism about the first phase of the agreement and pushed for stronger and more enforceable provisions in the second phase. Mr Johnson said: "After so many months of uncertainty and escalating tensions, it is a good sign that our two countries appear to have found common ground. We are hopeful that this deal will meaningfully address China's problematic trade practices and intellectual property theft as well as finally establish some stability for American farmers' export markets.



"But given the numerous deals that have been reached and then breached in the past two years, we are also skeptical. And without more concrete details, we are deeply concerned that all of this pain may not have been worth it. Not only has this trade war cost farmers billions of dollars worth of sales to China, but it has also bruised our reputation, making other trading partners reluctant to work with us.

"To justify these lasting damages, this deal must deliver more than vague, unenforceable, short-term commitments — we need real and lasting behavioral change from China, and we need reliable and robust agricultural export markets. That is the standard the Trump administration should be aiming for as it negotiates the next phase of this agreement."

16 January 2020 US - On 15 January, President Trump and Chinese Vice Premier Liu He signed the US-China "Phase One" trade agreement. The Office of the US Trade Representative (USTR) has posted the agreement text and related fact sheets online.

USMEF President and CEO Dan Halstrom issued a statement saying: "For the US pork and beef industries to expand their business in China, the world's largest and fastest-growing destination for imported red meat, it is critically important that China follows international standards for pork and beef trade.

"The Phase One trade agreement lays important groundwork toward this goal, and USMEF thanks the Trump administration for addressing the barriers that have hampered US pork and beef exports to China for many years

"Last year China's red meat imports exceeded \$14 billion, a 65 percent increase from 2018. The US industry looks forward to capturing a greater share of this rapidly growing market."

### **Coronavirus afecta el Mercado de hacienda porcina y bovina**

28 January 2020 US hog and cattle contracts fell on their daily trading limits on 27 January, hitting multi-month lows on fears about the spread of a coronavirus in China.

"If we thought China's coronavirus was making the media rounds late last week, it's a full-fledged media frenzy this morning," INTL FCStone said in a note to clients. "The public's concern there is reminiscent of prior SARS and bird flu events, both of which resulted in slowed Chinese travel, restaurant consumption, and a general slowdown in commerce."

The outbreak has killed 81 people in China, stranded tens of millions during the biggest holiday of the year and rattled global market. China extended its Lunar New Year holiday and the Shanghai stock exchange said it will reopen 3 February. More big businesses in China shut down and told staff to work from home in a bid to contain the disease's spread.

April live cattle futures reached their lowest price since 23 October. The contract dropped its daily limit of 3 cents, ending at 121.300 cents per pound at the Chicago Mercantile Exchange.

CME March feeder cattle futures dropped their limit of 4.5 cents to 135.175 cents per pound and touched their lowest level since 24 September.

CME February lean hog futures fell 1.275 cents to 65.95 cents per pound. The most-active April contract ended down its daily trading limit of 3 cents at 70.450 cents, hitting its lowest since 7 August.

The livestock markets will trade with expanded limits on Tuesday.

Traders also said uncertainty about Chinese demand for US meat hung over the market as it waited for signs of stepped-up purchases following an initial trade deal between Beijing and Washington on 15 January.

### **Estados Unidos presiona a Europa por acuerdo en agricultura**

28/01/2020 - Norteamérica pide a la UE que ponga fin a la prohibición que impide importar pollos producidos con dióxido de cloro y carne bovina con hormonas, para destrabar negociaciones de comercio.

El secretario estadounidense de Agricultura, Sonny Perdue, instó a la Unión Europea (UE) a que ponga fin a la prohibición que impide la importación de pollos con cloro y carne bovina con hormonas en Europa, a fin de desbloquear las negociaciones comerciales entre los dos países.

Esta demanda hará sonar las alarmas en muchos países de Europa, donde el miedo a que ingresen alimentos producidos con los estándares estadounidenses, ya generaron masivas manifestaciones en 2015, en particular en países como Alemania, Austria y Francia.

El presidente estadounidense, Donald Trump, amenazó la semana pasada a los europeos con la imposición de nuevos aranceles a los vehículos europeos si Bruselas y Washington no avanzan en sus negociaciones comerciales que han encallado en el tema agrícola.

Trump "adora a sus agricultores", dijo Perdue a la prensa después de reunirse con los comisarios de Comercio y Agricultura europeos, Phil Hogan y Janusz Wojciechowski, respectivamente, en Bruselas.

La relación comercial podría mejorar si la UE, que prohíbe la importación de carne de pollo tratada con dióxido de cloro, fuera más abierta a este método de tratamiento, estimó. Europa podría contribuir a reequilibrar el déficit comercial estadounidense de productos agrícolas.



“La afirmación de que los pollos estadounidenses se limpian con cloro es una “idea falsa”, dijo el secretario de Agricultura estadounidense.

El miembro del ejecutivo de la Casa Blanca también comentó la actitud de Europa sobre la importación de carne bovina con hormonas como otro punto que hay que revisar para mejorar las relaciones entre la UE y Estados Unidos, insistiendo en que los peligros sobre seguridad alimentaria son exagerados o la ciencia no los ha podido demostrar.

### **Más exportaciones cárnicas tras la firma del USMCA**

20/01/2020 Sonny Perdue, secretario de Agricultura de EE.UU. se ha felicitado por la reciente aprobación del nuevo acuerdo de libre comercio entre Estados Unidos, Canadá y México, conocido por sus siglas en inglés, USMCA.

Según el secretario del USDA, "hemos esperado mucho este día y ahora ya la firma del USMCA depende solo del presidente Trump. Es una gran noticia para los agricultores y ganaderos estadounidenses que podrán obtener grandes beneficios de este nuevo tratado de libre comercio".

Desde USMEF, el presidente y consejero delegado de la organización, Dan Halstrom, ha aplaudido la aprobación del acuerdo comercial ya que considera que "refuerza nuestra posición como proveedor confiable de dos mercados líderes que representan aproximadamente un tercio de toda las exportaciones que realiza EE.UU. Los envíos a México y Canadá en 2019 totalizaron alrededor de 1,25 millones de toneladas valoradas en 3.800 millones de dólares y se espera que crezcan mucho más".

Por otro lado, para el presidente del Consejo Nacional de los Pollos de EE.UU., Mike Brown, "USMCA mantendrá o mejorará el acceso al mercado para las exportaciones de pollo en nuestros dos mercados más valiosos: México y Canadá. También tendrá un impacto positivo tanto en el sector agrícola de EE.UU. como en la economía nacional en general".

En 2018, México compró productos avícolas de EE.UU. por 517 millones de dólares y Canadá por 352 millones.

### **Trump Signs USMCA, Sealing Political Win With Bipartisan Deal**

Bloomberg January 29, 2020 (Bloomberg) -- President Donald Trump signed into law a new trade pact with Canada and Mexico on Wednesday, sealing a political victory that will help neutralize Democratic attacks on his economic record.

The U.S.-Mexico-Canada Agreement, or USMCA, delivers on one of Trump's core campaign promises: to replace the Clinton-era North American Free Trade agreement that the president said has drained the U.S. of jobs.

"We are finally ending the Nafta nightmare," Trump said Wednesday at a signing ceremony on the White House South Lawn. He then read through an extensive list of Republican lawmakers, thanking them for their help passing the deal.

The trade accord marks a rare moment of bipartisanship, but the two sides aren't sharing the glory. The White House attendance list for the event included 71 Republican lawmakers but no Democrats, who say they weren't invited. Representative Collin Peterson, the only remaining Democrat to vote against both articles of impeachment against Trump, said through a spokesman that he was invited but couldn't attend. A White House spokesman didn't immediately respond to questions on the invitations.

Democrats have taken aim at Trump's economic policies -- including tax cuts that benefited corporations and the wealthy -- but attacking his approach to trade has proved more complicated as they compete for votes in swing states that have seen manufacturing jobs disappear.

Trump is scheduled to travel Thursday to Michigan and Iowa -- where he's expected to tout the agreement just as Democrats try to win over voters in next week's Iowa caucuses.

The White House was able to garner bipartisan support for the USMCA by adding labor safeguards and altering protections for drug patents. The pact provides expanded access for U.S. agricultural exports, new rules of origin for auto parts and additional protections for internet companies.

White House aides argue that the deal shows that Trump is continuing to get work done despite the ongoing Senate impeachment trial over his efforts to pressure Ukraine to investigate former Vice President Joe Biden, a chief 2020 rival for the White House.

"He's talked about USMCA, and he talked about the pro-growth initiatives and the economy that has boomed under him. So he keeps working -- that's fine," White House Press Secretary Stephanie Grisham said in an interview with Fox News last Friday. "They'll continue to scream impeachment -- that's fine."

### **Economic Optimism**

The new trade provisions are projected to add about 0.35% to the economy after six years. But the accord's passage has had a more immediate effect on investors, easing concerns that Trump could disrupt the economy by pulling out of Nafta without a new deal in place.

Since Dec. 10 -- when House Speaker Nancy Pelosi announced that she had struck a deal with the White House to pass the USMCA -- the S&P 500 Index has gained about 4.6% and the Dow Jones Industrial



+Average has improved more than 3%. Markets were also bolstered during that period by a “phase one” trade deal with China.

Speaking before the signing, Pelosi said Democrats only agreed to support the deal after the White House caved to their demands for greater protections for American workers and the environment.

“What the president is signing is quite different than what the president sent us,” Pelosi said at a press conference on Capitol Hill.

House Ways and Means Chairman Richard Neal, a Massachusetts Democrat, said “the only reason the president is having the signing is because of the work House Democrats” did to improve labor and environmental protections.

A record 56% of Americans approve of Trump’s handling of the economy, according to a Washington Post and ABC News poll released this week. That’s a 10 percentage point improvement from September. And optimism about the economy appears to be off-setting the political damage from impeachment. The president’s overall approval rating matched his record high of 44% in the same survey. At the same time, just 5% of Americans say they disapprove of the USMCA, according to a Monmouth University poll released Tuesday.

Those trends -- along with bipartisan congressional support for the pact -- have effectively made USMCA a non-issue in the Democratic primaries.

Senator Bernie Sanders of Vermont was the only Democratic presidential candidate to oppose the deal. He said it was an improvement over Nafta but fell short of adequately protecting American jobs: “It is not going to stop outsourcing, it is not going to stop corporations from moving to Mexico.”

Senator Elizabeth Warren, a Massachusetts Democrat, initially joined Sanders in criticizing the deal. During a 2018 speech on foreign policy at American University in Washington, she said the agreement, as written, wouldn’t halt outsourcing, raise wages or create jobs. But in January, she announced she would vote for it. Her campaign said the revised deal dropped a provision that would make it harder to bring down prescription drug prices, and offered stronger labor standards and more certainty for farmers.

Senator Amy Klobuchar of Minnesota, who is running as a centrist alternative to the progressive Sanders, said in December she would vote for the pact. A day later, her moderate rival, Joe Biden, joined in support, emphasizing the elimination of loopholes for drug companies and strengthening enforcement for labor and environmental standards.

“What I’ve seen change is that the vast majority of the labor movement supported it,” Biden told reporters in Los Angeles.

#### Swing State Impact

Trump is looking to press his advantage on the campaign trail Thursday. The president will speak first at a Michigan auto parts facility in Macomb County, where the largest employers are three major automakers -- General Motors Co., Fiat Chrysler Automobiles and Ford Motor Co. During Trump’s last visit to Michigan in December, he touted USMCA as “great for the automobile business.”

Later Thursday, the president will head to Iowa before that state’s first-in-the-nation presidential caucuses. He is expected to tout the trade deal’s benefits for farmers in the region.

While companies across the country could benefit from the pact, many of the advantages appear clustered in swing states that could prove pivotal in November’s presidential election.

Stricter rules for auto manufacturing are intended to bolster production in the U.S. as well as the use of American steel and aluminum, which could help states including Michigan and Pennsylvania.

According to the administration, the deal would create 76,000 auto jobs and result in \$34 billion in new automotive manufacturing investments. It also opens Canada’s market to U.S. dairy producers, an important issue for Wisconsin, and is expected to create 176,000 new jobs.

The president’s victory tour begins with Wednesday’s ceremony at the White House, but his signature won’t finalize the agreement. Canada still must ratify the deal, and Prime Minister Justin Trudeau -- who lost his parliamentary majority in October elections -- may need to broker deals with his political rivals to ensure passage.

## VARIOS

### **AUSTRALIA: analiza el impacto del Acuerdo CHINA – EE.UU.**

23 January 2020 After two years of tit-for-tat trade warring, the US and China attempted to address core issues through an initial trade deal last week. In the current political climate nothing is guaranteed but, if key features of the deal materialise, the implications for global agri-trade could be sweeping.

The US and China are two meat heavyweights, with their combined might exceeding 40% of global pork, poultry and beef production and consumption. The US is the world’s largest producer and consumer of beef, and China is the preeminent producer and consumer of pork. Both are pillars to global meat markets.

A key feature of the deal is the rebalancing of two-way trade, with China committing to increase purchases of US exports by US\$200 billion over the next two years, including an additional US\$32 billion of US



agricultural products (relative to a 2017 baseline). While grains, especially soybeans, will account for the lion's share of that trade, meat will need to take on a significant portion if this commitment is to be met. However, over the twelve months to November 2019, US meat and offal exports to China were worth just shy of US\$1 billion – 90% of which was pork and pig offals.

Phase-One deal removes constraints on US beef

The US has technically had official access to China since 2017. However, strict HGP-free, cattle age and traceability requirements proved largely prohibitive for a significant trade to develop. The small trade that did initially emerge fell victim to escalating tariffs.

However, the recent deal removes many of the restrictions on US beef, including:

- a shift from strict HGP-free requirements to maximum residue levels;
- recognition of US industry traceability systems, with no individual animal identification required;
- and the removal of the 30-month age limit on cattle supplying the trade.

Under the agreement, China has thirty days to implement many of the changes. However, the timeframe as to when that will translate into beef on the water is less clear.

Critically, beef from cattle treated with ractopamine, a widely used beta-agonist in the US, is still banned from entering China. Given ractopamine is predominantly used in the latter stages of finishing, US lot feeders will likely be able to read market signals and decide whether to go ractopamine-free and tap into Chinese demand or use ractopamine and gain a production boost. Hence, if China is willing to pay an attractive enough premium, the US could likely direct beef from fed cattle to the market within two months. However, the trade deal text also outlines a risk assessment on ractopamine use will be conducted and a joint working group established to inform future protocol revisions. This signal alone may mean lot feeders hold off dropping ractopamine until the risk assessment is concluded.

Additionally, the Phase-One trade deal has not wound back the existing 47% tariff on US beef imported into China however this could be reduced, waived or bypassed in future.

By and large the Phase-One trade deal has left the US beef industry in a far stronger position than where it was prior. So, what type of trade may materialise? And how may this impact Australian beef exports?

US beef to gain foothold in China

China has emerged as the leading global importer of beef over the last two years, overtaking the US for top spot in 2018 and expanding that lead throughout 2019.

China's economy, despite a moderation in growth rates, is shifting from investment to consumption-led, and rising incomes are underpinning demand growth for meat. The rapid expansion of an affluent consumer class has also fuelled demand for better quality, often imported, meat. Add a massive pork deficit from the rampant spread of African Swine Fever (ASF) and China's meat imports have surged.

With current market dynamics, it's unlikely US beef will be in a position to muscle-out Australian product in China. However, there may be some channels where US beef may present greater competition. Or, if Chinese demand subsides (say, through an eventual recovery in its pig herd or an economic contraction) competition may intensify as more supplying countries battle it out over a smaller imported beef market.

To gain an understanding of what and how much the US may export to China, one can look around the region. The US consumes 90% of what it produces, and exports are largely specialty cuts that can't find a buyer, or command a premium, on the domestic market. Due to the US obsession with burgers, most trim and hindquarter cuts remain at home, while select forequarter cuts are shipped to North Asia where they complement the cuisine. US steaks also have a strong presence across Asia.

The US exports predominantly chucks, briskets and loin cuts to Japan; short ribs, chucks and loin cuts to Korea; and short ribs, chucks, blades and loin cuts to Taiwan. Australia exports a similar selection of cuts to these same markets but is also able to supply hindquarter cuts and manufacturing product. Most US beef into North Asia is grainfed choice or prime grade beef, while Australia supplies a mix of grainfed and grassfed product. While there will be some overlap, especially in higher-end foodservice, the vast majority of Australian beef enters channels in China outside the reach of US product.

The appeal of US beef in the Chinese consumer is yet to be adequately tested. Furthermore, the US will face an uphill battle in delinking itself from the association of being treated with HGPs. Resulting from years of food safety scandals, many involving meat, Chinese consumers are particularly sensitive about additives and non-natural substances used in meat production. Hence, China is the only one of 14 key markets that rates 'no additives' in the top-five attributes for 'safe meat' (Source: MLA Global Consumer Tracker, 2018). Chinese consumers claim much higher awareness and previous consumption rates of organic, GMO-free, hormone-free and antibiotic-free beef than their global counterparts (Source: MLA Global Consumer Tracker, 2019). Chinese consumers have a high level of affinity for Australian red meat, which has a strong reputation for safety. A lack of market presence means consumers are still relatively unfamiliar with US product.

US beef is an expensive product, compared to poultry, pork, South American beef and, in most instances, seafood in Asia. A buyer in Asia needs to compete with the 366 million relatively wealthy consumers in the US, and then pay the freight and tariffs to get it to market. On specialty cuts, Chinese buyers may also



need to compete with existing and well-established US export markets – such as short rib into South Korea. If China can draw US beef away from other Asian markets, this may also leave gaps for Australian product.

While ASF supports the case for imports, US beef will not be the solution to China's immediate meat needs. As such, the size of the affluent consumer market, not the massive pork shortfall from ASF, in China is probably a better indication of the potential demand for US beef. While there are many factors that shape the size of a market (cuisine, trade barriers, culture, demographics, competitive mix, etc.), the number of households earning more than US\$35,000 per annum is one crude measure of those who can afford premium imported beef.

The figure below compares the relationship between the number of these households in Asia and the corresponding size of US beef exports to each market. Applying this regional relationship to the number of wealthy households in China last year equates to the annual trade potentially reaching 200,000-250,000 tonnes swt, a size comparable to Japan or Korea for US exports.

Such a sizable volume would be difficult to create overnight however it highlights the potential trade that could emerge in time. A more conservative 50,000-100,000 tonnes swt per annum may be more in line with expectations in coming years – a relatively modest volume in comparison to the entire 1.6 million tonne China imported beef market in 2019.

However, many questions remain as to how the US-China beef trade will develop and what volumes may actually eventuate. Is there adequate infrastructure in China to receive chilled beef and freezer capacity in the US to ship frozen product? Will the China premium be attractive enough for US lot feeders to wean production away from ractopamine? How will Chinese consumers respond to US beef without existing brand loyalty? How will tariffs be applied? Can the US be price-competitive in China?

US pork and poultry set to fill meat gap

Two key forces suggest pork and poultry will account for a far greater portion of US exports to China: firstly, China requires an affordable source of meat to offset its domestic pork shortfall and feed its population; and, secondly, China needs to encourage large purchases of products to go some way to achieving its US\$32 billion purchase commitment of US agricultural products.

China had already lifted a ban on US poultry in November. The US was previously the market leader in poultry exports to China but the ban – imposed due to concerns of avian influenza in 2015 – allowed Brazil to dominate the market over the last five years. In 2008, US poultry exports to China peaked at US\$720 million, or almost 800,000 tonnes swt.

After expanding about 50% last year, conditions are ripe for China poultry imports to record equally impressive growth in 2020, boosted by the re-entry of US product. The Phase-One deal also included a regionalisation provision, buffering the US poultry industry from country-wide trade bans in the case of future disease outbreaks.

US pork exports to China are also in a position to expand. Ractopamine-treated pork remains banned in China but much of the US pig industry has moved to ractopamine-free production, adapting supply chains away from treated product to ensure market access. The greater determinant of export growth will be if and how the existing 68% tariff is applied to US pork in future.

Despite tariffs, however, US pork exports to China still increased threefold year-on-year, to over 300,000 tonnes, or about US\$670 million, in 2019. If tariffs were wound back, the US would overnight become one of the cheapest and largest sources of pork to China, igniting a rapid increase in trade.

While the recent thawing of US-China relations may stimulate significant growth in meat traded between the two nations, nothing is guaranteed in the current climate. In particular, US politics ahead of the 2020 presidential election and the willingness of China to meet its purchase commitments could easily derail any trade war truce.

### **NUEVA ZELANDA: exportaciones de carnes bovinas y ovinas alcanzaron un récord**

30 January 2020 - The first four months of the 2019/20 dairy export season has set records, boosted by higher prices and volumes, according to a report by Stats NZ.

Lamb and beef export prices also reached record levels at the end of 2019. Dairy products and meat, New Zealand's top goods exports, together account for almost 40 percent of the value of annual goods exports.

In the ongoing 2019/20 dairy export season, the value of dairy exports rose 17 percent from August to December 2019 compared with the same period last year, with quantity up 6.7 percent.

"So far, this season's dairy exports have already exceeded \$6.6 billion," international statistics manager Darren Allan said.

"This is the highest value of dairy exported for the four months from August to December, surpassing the previous peak of dairy exports for the same period in 2013/14, which was driven by high prices."

This year, quantities were 13 percent higher than in 2013/14.

For December alone, dairy exports of milk powder, butter, and cheese reached \$2.0 billion (up \$228 million from December 2018), the highest value on record for any month.



Of these dairy commodities, milk powder was the main contributor to the rise (up \$149 million to \$1.2 billion). The rise was driven by price, as quantity fell slightly for the month (down 0.4 percent). In December 2019, milk powder exports to China were down \$68 million from the same month last year.

**Beef and lamb prices reach record levels**

Meat and edible offal exports also contributed strongly to the rise in total exports in December 2019, up \$146 million from December 2018 to reach \$791 million. This rise was driven by record high prices for beef and lamb.

Beef led the rise in meat exports, up \$114 million from the same month last year to \$392 million. This rise was driven by price – average beef prices reached a record \$9.42 per kilo in December 2019. Quantity was also up slightly by 4.9 percent compared with December 2018.

"Beef prices have been steadily rising in the last few months, with the average price of beef increasing 22 percent since September 2019," Mr Allan said.

Average lamb prices also reached a record \$12.18 per kilo in December 2019, pushing up total lamb exports to \$251 million (up \$22 million or 9.5 percent). This rise in price contrasts with a fall in the quantity of lamb exports (down 4.5 percent), with exports to the United States down \$11 million

Overall, in December 2019, the value of total goods exports rose \$255 million (4.8 percent) from the same month last year to reach \$5.5 billion.

The value of total goods imports fell \$283 million (5.4 percent) to \$5.0 billion.

The monthly trade balance was a surplus of \$547 million.

### **JAPON: incrementó sus importaciones de carnes porcinas y bovinas después del Acuerdo Transpacífico**

Jan. 31 05:00 Japan imported more beef and pork in 2019 than the previous year, largely due to a trans-Pacific free trade agreement, government data showed Thursday, signaling challenges facing domestic farmers amid the influx of cheaper imports.

Total beef imports grew 1.3 percent from 2018 to 615,387 tons. Among the 11 members of the revised Trans-Pacific Partnership, shipments from Canada doubled, followed by a 33.1 percent increase from New Zealand, according to the Finance Ministry.

U.S. beef imports, meanwhile, dropped 2.6 percent to 241,050 tons. The United States withdrew from the TPP after President Donald Trump took office in 2017.

But as Tokyo and Washington have reached a trade deal, U.S. imports are expected to rise this year.

Japan's pork imports totaled 958,965 tons, up 3.7 percent, with those from Mexico, another TPP member, rising 14.7 percent and from Canada gaining 4.6 percent. Japanese tariffs on beef and pork imports were lowered under the partnership, which took effect in December 2018.

Pork imports from Spain also contributed to the overall rise, up 9.8 percent, after Japan signed a free trade deal with the European Union.

Under the deal, which came into force in February last year, Japan eliminated tariffs on bottles of wine while reducing those on cheese.

Wine imports from the bloc rose 15.0 percent, with those from Italy expanding 17.4 percent and from Spain up 16.2 percent. Total cheese imports from the European bloc increased 7.7 percent.

## **EMPRESARIAS**

### **JBS: Pronostican pico de demanda de China por carne em 2020**

30/01/2020 - A demanda chinesa por carne importada atingirá o pico em 2020, afirmou hoje o CEO global da JBS,

De acordo com ele, o ano passado ainda foi marcado pela liquidação do rebanho de matrizes de suínos na China, o que ampliou momentaneamente a oferta de carne no país na maior parte do ano.

No entanto, a liquidação do rebanho provoca uma escassez na oferta no momento seguinte.

Durante o debate, o CEO da BRF, Lorival Luz, também se mostrou otimista com a demanda chinesa. De acordo com ele, a tendência é positiva para 2020 e 2021. De acordo com o executivo, a situação da peste suína africana na China ainda deve demorar para ser resolvida.

Já o CEO da Marfrig Global Foods, Eduardo Miron, avaliou no mesmo painel que a China tende a habilitar mais frigoríficos para exportar ao país. Ele lembrou que em 2019 os chineses habilitaram frigoríficos de uma série de países. As liberações ocorrem na esteira da epidemia de peste suína africana que atingiu o país asiático.

Embora Miron veja novas habilitações como um fator positivo, o mesmo não vale necessariamente para as indústrias de aves e suínos.

De acordo com Luz, CEO da BRF, "nem sempre exportar à China é mais vantajoso". Dona das marcas Sadia e Perdigão, a companhia tem no Brasil um importante mercado para o escoamento de seus





produtos, especialmente alimentos processados, como presunto. Segundo ele, a decisão sobre onde vender o produto depende da rentabilidade de cada mercado.

### **JBS firmó acuerdo con grupo chino por R\$ 3.000 millones para potenciar ventas**

29/01/2020 La empresa brasileña llegará directo a los consumidores por medio de 60.000 puntos de ventas de WH Group.

La multinacional brasileña JBS selló un acuerdo con la empresa china WH Group con el objetivo de incrementar su presencia de carnes frescas de vacuno, porcino y aves en el mercado chino.

Según un comunicado que emitió la empresa el pasado lunes, la firma implica un compromiso de aumento en las ventas de hasta R\$ 3.000 millones anuales, unos US\$ 720 millones al tipo de cambio actual.

La empresa brasileña, con sus marcas Friboi y Seara, tendrá acceso directo a los consumidores asiáticos por medio de 60.000 puntos de ventas que tiene WH Group a lo largo y ancho del país.

“Este acuerdo refleja la madurez y la evolución de nuestras relaciones comerciales con China”, dijo el presidente de Friboi, Renato Costa.

JBS prevé realizar los primeros embarques de carnes, bajo este acuerdo, durante el primer trimestre del año.

### **JBS invierte para automatizar la tipificación de las reses en planta de Campo Grande (BR)**

PORTAL DBO 27/01/2020 Iniciativa faz parte de um pacote de R\$ 8 bilhões que a companhia investirá em 5 anos

A prática da classificação de carcaças bovinas, mais a sua tipificação, é atualmente utilizada pela indústria frigorífica dos maiores produtores globais de proteína animal. Como a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos e Brasil. Com exceção do País, nos demais ela é feita de forma oficial por órgãos do governo ou por associações de raças ou de comércio de carne. No Brasil, cada empresa tem a sua, guardada a sete chaves.

Nesta segunda 27, a Friboi, chapéu da JBS para as suas marcas de carne, anunciou que vai investir R\$ 600 mil na unidade de Campo Grande 2 (MS) para testar uma nova tecnologia de classificação.

De acordo com a empresa, ela é inovadora porque vai utilizar um sistema que consiste em capturar imagens por câmeras digitais. Os dados serão sobre acabamento de gordura da carne e serão analisados em tempo real. Para as demais mensurações, o atual método não será alterado.

Com isso, será possível a classificação automatizada da matéria-prima neste critério, que é um dos itens avaliados na premiação dos fornecedores da empresa. A empresa não informa quantos animais são abatidos em média na unidade de Campo Grande. Diz, apenas que será um teste. No País, a companhia possui 37 unidades de abate.

O grau de acabamento é o principal fator que determina o valor comercial de uma carcaça. A cobertura de gordura evita a desidratação, preserva a cor da carne, ou seja ela fica escura, e também preserva a maciez ao não interferir o menos possível no tamanho dos sarcômeros. Tecnicamente, sarcômero é um dos componentes básicos do músculo estriado que permite a contração muscular.

Adotada pelo Instituto Nacional de Carnes (Inac), do Uruguai e também pelo governo da França, a tecnologia que será utilizada pela Friboi vem da Normaclass. A empresa francesa foi adquirida em 2019 pela Scott Technology, companhia neozelandesa controlada pela JBS que atua em automação e robótica. De acordo com a companhia, os recursos para implantação dessa inovação fazem parte dos R\$ 8 bilhões que a JBS irá investir no Brasil nos próximos 5 anos.

### **BRF: Comunicó que no corresponde renegociar contratos con importadores chinos**

ESTADÃO CONTEÚDO 22/01/2020 Companhia afirma que mantém sólido relacionamento comercial com os principais clientes nesse país

Em comunicado ao mercado divulgado nesta quarta-feira, 22, a BRF se manifestou sobre as informações trazidas por reportagem do Valor Econômico sobre as renegociações de contratos com frigoríficos brasileiros impostas por compradores chineses.

No documento, a companhia afirma que a informação não procede no que diz respeito aos seus contratos com os importadores do país asiático.

“A companhia desenvolveu e mantém sólido relacionamento comercial com os principais clientes no mercado chinês ao longo dos últimos 10 anos, envidando todos os esforços para atendimento da demanda chinesa por proteínas, bem como sustentando um relacionamento equilibrado e de longo prazo”, informa a BRF no comunicado.

Até o fim do dia, a JBS, a Minerva Foods e a Marfrig Global Foods, grandes exportadores de proteína animal, não haviam se pronunciado oficialmente sobre a reportagem.



### **Marfrig “suprimirá” faenas si no consigue hacienda al precio que ofrece en el mercado**

29/01/2020 - La multinacional brasileña está ofreciendo US\$ 3,50 por novillos y US\$ 3,30 por vacas en cuarta balanza.

La rápida baja del precio de la carne vacuna en China ha generado un rediseño en la operativa de compra de ganados de los frigoríficos, a tal punto que desde hace varias semanas existe un abanico amplio de valores dependiendo de las plantas consultadas, sin embargo esa distancia está tendiendo a ser cada vez menor.

El comprador de hacienda de Grupo Marfrig, Juan Manuel Leites, contó al programa la Hora del Campo de Radio Tabaré que, ante la situación de menores valores en el mercado internacional, algunos frigoríficos trasladaron los precios de compra de los ganados a referencias que “permitían trabajar”, mientras que otras decidieron “ir más despacio”.

Más allá que esa distancia entre plantas se está acortando semana a semana, Leites detalló que Marfrig está ofreciendo, desde hace más de quince días, US\$ 3,50 por novillos y US\$ 3,30 por vacas en cuarta balanza. “Hay productores que asumen los valores rápidamente y venden, y otros que deciden esperar. Así se va formando el mercado”, sumó.

El comprador de hacienda de Marfrig aseguró que el criterio de faena de la empresa “no es de mantener el ritmo”, incluso por la falta de colocación a los mercados. Pero la decisión de faena está determinada “por los ganados que se consigan y a qué valores”, dado que “si no se consiguen los volúmenes necesarios se suprime faena o se busca la mejor composición entre las plantas”.

Marfrig opera cuatro plantas en Uruguay, actualmente tres están activas, dado que por decisión de la empresa la industria de Colonia está sin operaciones. Leites explicó que la oferta es escasa y los niveles disponibles no son los necesarios para mantener la actividad de las cuatro plantas.

### **Cade inicia investigação de cartel contra JBS e BRF**

This post was last modified on 31 de janeiro de 2020 11:42

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu ontem uma investigação contra JBS e BRF por suspeita de cartel nos mercados de carnes de frango e suínos. A informação foi revelada pelo colunista Lauro Jardim, de “O Globo”.

No despacho em que pede a instauração da investigação, o órgão antitruste cita reportagem publicada na quinta-feira pelo Valor sobre o debate entre Gilberto Tomazoni, presidente da JBS, e Lorival Luz, da BRF. No evento, os executivos indicaram que, diante da disparada dos preços do milho, devem aumentar os preços da carne de frango no Brasil, como é praxe em momentos de alta dos custos de produção. No entanto, o executivo da BRF frisou que o “timing” do reajuste dependerá da estratégia de cada companhia do setor.

Procuradas, BRF e JBS negaram a prática de cartel.